

desi**d**ades



REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

19

issn 2318-9282

número 19

ano 6

abril — junho 2018

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloísa Dias Bezerra

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Luísa Prudêncio

Paula Pimentel Tumolo

Renata Tavares da Silva Guimarães

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Sofia Hengen

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Cascão Lopes

Hannah Quaresma Magalhães

Maria Luíza Vianna Werneck Pereira

Matheus Ferreira Apolinário

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flávia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Sofia Hengen

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, México
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	7
TEMAS EM DESTAQUE	
Maternidade adolescente no contexto das ruas <i>Irene Rizzini</i> <i>Renata Mena Brasil do Couto</i>	9
Violência e namoro na adolescência: uma revisão de literatura <i>Thais Afonso Andrade</i> <i>Albenise de Oliveira Lima</i>	20
As principais violações de direitos de crianças e adolescentes em Heliópolis - São Paulo/Brasil <i>Adriana Rodrigues Domingues</i> <i>Adriana Fernandes Lellis Pereira</i> <i>Ana Carolina de Oliveira</i> <i>Cristina Gonçalves de Abrantes</i> <i>Tiago Henrique Cardoso</i> <i>Vanessa Alice de Moura</i>	36
ESPAÇO ABERTO	
Adolescência e Saúde Sexual e Reprodutiva no Chile ENTREVISTA DE <i>Simone Peres</i> COM <i>Electra González</i>	48
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHA	
O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas, de Sara Regina Munhoz RESENHA POR <i>Alexandre Barbosa Pereira</i>	55
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	59
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	63

De um lado, o imaginário social fantasioso de que nada pode ser mais importante do que ser jovem; de outro, a condição real da juventude marcada por relações violentas e desumanizadas com os adultos. De um lado, a sedução de não precisar crescer e envelhecer, ter que assumir responsabilidades e o cuidado com os outros – permanecer suficientemente jovem! De outro, as inquietações provocadas pelas perdas e escolhas inevitáveis ao longo da vida que asseguram o sentido inexorável da incompletude da existência. Adultos e jovens enredam-se em um jogo de imagens que distancia ambos da construção de uma reciprocidade geracional afinada com as demandas da vida atual. A idealização do ser jovem parece corresponder o terror do envelhecimento e o empobrecimento de significados do lugar de adulto na sociedade contemporânea. Como aguentar ser adulto frente à negatividade que esta posição carrega hoje? Como colocar em suspenso a perfeição mítica imputada à juventude para poder enxergá-la como demandante aos adultos de iniciarem o processo de construir conjuntamente com os jovens o laço geracional? O assassinato de jovens no Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, principalmente os negros e pobres pelo aparato policial e com a conivência de todas e todos, expõe como a sociedade adulta brasileira está respondendo a estas questões. Antes de morrer, o jovem Marcus Vinicius da Silva, morador do Complexo da Maré no Rio de Janeiro, atingido e morto na operação das forças policiais militares que invadiram este bairro no dia 20 último, quando ele estava a caminho da escola, pergunta para sua mãe: “Eles não viram que eu estou usando o uniforme da escola?”

A pergunta de Marcus Vinicius é para todos nós, e não apenas para sua mãe. Ela consiste em uma convocação para pensarmos sobre as relações presentes na sociedade. Ela fere a altivez tacanha das elites brasileiras porque expõe como nossa sociedade resiste abraçar a justiça, a equidade e a democracia, tornando estes ideais também brasileiros, parte original da nossa cultura e de nós mesmos. Marcus Vinicius, um brasileiro, se pergunta, e a nós todos, até quando vamos manter a impostura de proclamar ser o que não somos? Porque falamos em justiça, mas não a tornamos realidade nas nossas práticas sociais, falamos em futuro, mas matamos nossos jovens estudantes... Nos pensamos “modernos”, mas aceitamos e concordamos com o atraso brutal das desigualdades. Até quando disfarçaremos a nossa estupidez com o discurso complacente da nossa cordialidade?

Nesta edição, os artigos publicados na Seção Temas em Destaque jogam luz, de diferentes maneiras, sobre a dinâmica intergeracional enfocando as dificuldades com que os jovens se deparam para construir, frente às oportunidades que lhes são oferecidas, um futuro para si. As pesquisadoras Irene Rizzini e Renata M. B. do Couto, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil, analisam a complexidade de tornar-se mãe em contextos de alta vulnerabilidade, como o estar na rua. No artigo, “Maternidade adolescente no contexto das ruas”, apontam a escassez de serviços para atendimento destas jovens que poderiam ajuda-las a dar conta do exercício responsável da maternidade em condições tão adversas. No artigo das pesquisadoras Thais A. Andrade e Albenise Lima, intitulado “Violência e namoro na adolescência: uma revisão da literatura”, as autoras discutem a temática da violência como um elemento frequente nas relações amorosas entre adolescentes. Salientam a necessidade de políticas de prevenção cuja pertinência no contexto escolar é ainda muito pouco explorada. Neste sentido, os adolescentes parecem estar sós para lidar com as questões e dificuldades que emergem nas relações entre pares sem que se faça presente alguma mediação dos adultos seja para acolhe-los, seja para orientá-los. No artigo coordenado pela equipe da pesquisadora Adriana Domingues, intitulado “As principais violações de direitos de crianças e adolescentes em Heliópolis, SP, Brasil” também nos deparamos com o desamparo, em termos da falta de garantias de direitos e da ausência

de assistência em saúde e educação, que atinge essas crianças. As autoras concluem que é urgente a ação de consolidação de políticas que visem suprir tais garantias mínimas para que as crianças possam usufruir dos direitos que lhes são assegurados constitucionalmente. Ou estamos apenas construindo boas leis que não tem força nenhuma para mudar nossas práticas?

Na seção Espaço Aberto, a entrevistada é a pesquisadora e docente Electra Gonzalez, que nos brinda com uma discussão interessante, a partir dos questionamentos colocados pela docente e pesquisadora Simone Peres, sobre Adolescência e Saúde Sexual Reprodutiva no Chile. Gravidez na adolescência, namoro e iniciação sexual, relações de gênero, a questão do aborto, são alguns temas abordados e discutidos na entrevista. Ainda, na mesma linha de discutir sobre as questões que afetam a vida dos adolescentes, publicamos a resenha do livro de Sara Munhoz, “O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas”, feita por Alexandre Barbosa Pereira. Como coloca este autor, o livro nos traz de forma pujante como as tramas institucionais governam os corpos dos meninos que estão submetidos à medida socioeducativa, e como eles “resistem às tentativas de gerenciá-los, prendê-los ou mesmo fazê-los amadurecer”.

Finalmente, brindamos os leitores com o levantamento bibliográfico de publicações recentes – os últimos três meses – sobre infância e juventude no âmbito das ciências humanas e sociais. O levantamento é realizado em sites das editoras de toda a América Latina. Algo de suma importância para ficarmos em dia com o que foi publicado e acessarmos as leituras de nosso interesse no espaço da América Latina.

Lucia Rabello de Castro
EDITORA CHEFE

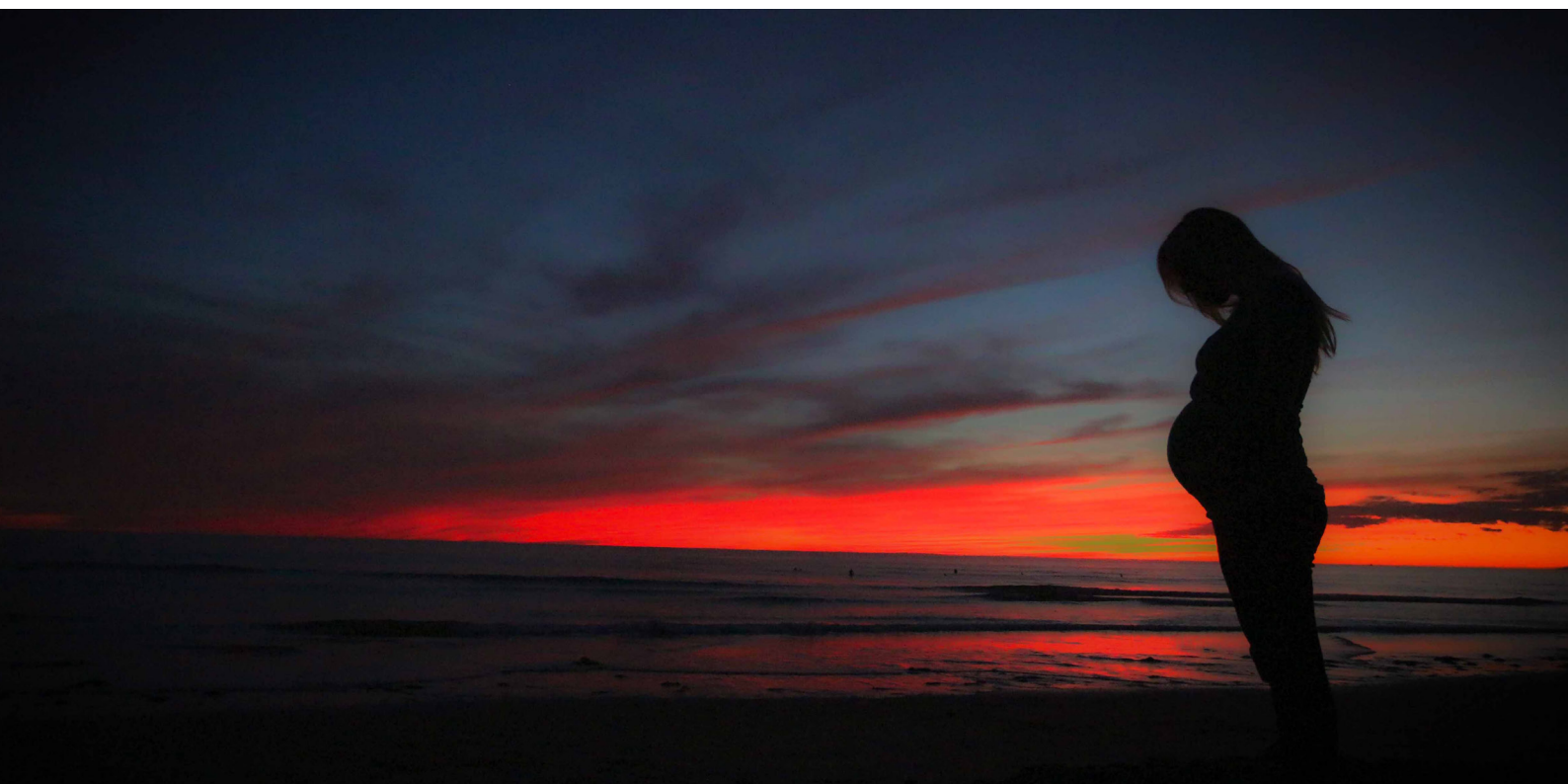


IMAGEM: Pxhere

Maternidade adolescente no contexto das ruas

Irene Rizzini

Renata Mena Brasil do Couto

Introdução

Episódios flagrantes de violações de direitos humanos envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua são comuns nos grandes centros urbanos. O enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, a proteção inadequada do Estado, a ausência da escola, o trabalho infantil, o envolvimento com o tráfico de drogas e a violência, entre outros elementos, tornam crianças e adolescentes em situação de rua um grupo particularmente suscetível a violações estruturais. Consideramos que, a despeito do avanço nos debates acerca da garantia dos direitos humanos, temos acompanhado o crescimento de práticas punitivas e repressivas que incidem prioritariamente sobre grupos populacionais em contextos de vulnerabilidade, particularmente em situação de rua (CRC, 2015). Nesse contexto, um segmento específico enfrenta desafios ainda mais complexos e interseccionais. É o caso de adolescentes que vivem a maternidade nas ruas.

Este estudo teve como motivação uma experiência recente das autoras junto a um grupo de jovens mães com trajetória de vida nas ruas, experiência na qual tivemos a oportunidade de escutar múltiplos aspectos de suas trajetórias de vida¹. Também nos influenciou uma série de denúncias e recomendações relacionadas ao afastamento de mães em situação de rua e/ou usuárias de crack/ outras drogas de seus filhos recém-nascidos pelo sistema judiciário brasileiro (CRP/MG, 2015; MS, 2015; DP/RJ, 2015). Apesar desse cenário extremo, registramos um limitado número de pesquisas dedicadas a essa questão. A insuficiência de estudos que pudessem fornecer elementos teóricos e subsidiar as análises da referida experiência motivou o presente artigo, no qual reunimos e analisamos os principais aspectos da literatura recente sobre crianças e adolescentes em situação de rua e, mais especificamente, sobre o tema da gravidez e da maternidade nesse contexto².

O levantamento da produção acadêmico-científica acerca das tendências teóricas e metodológicas relativas ao tema em questão incorporou artigos, teses e dissertações publicados entre os anos de 2000 e 2015 no Brasil. Foram selecionados 116 títulos no total, sendo que 10 abordavam o tema da maternidade e da gravidez adolescente e jovem em situação de rua. As análises realizadas acerca desse material serão apresentadas neste artigo.

Além disso, como parte da proposta de desenvolver uma pesquisa exploratória sobre o tema, analisamos práticas recentes voltadas para adolescentes grávidas e/ou mães em situação de rua. Com isso, esperamos traçar um panorama sobre o tema, potencializar o conhecimento coletivo construído e estabelecer uma base para a construção de novos estudos, abordagens e metodologias de análise sobre o tema proposto.

Teorizando sobre a questão da vida nas ruas

A pobreza urbana e diversos fatores a ela interligados, como a violência, os maus tratos e a negligência no contexto familiar, seguem ocupando lugar de destaque no rol dos motivos que levam crianças e adolescentes a buscar, nas ruas, uma alternativa de vida (Ribeiro, 2001; Yunes et al., 2001; Paludo; Koller, 2008). Estudos apontam que condições socioeconômicas precárias e

1 Ao longo dos últimos dois anos, temos desenvolvido um trabalho em parceria com uma organização não-governamental que atende crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro/RJ e temos acompanhado, através de rodas de conversa e oficinas, grupos de adolescentes e jovens grávidas e/ou mães com trajetória de vida nas ruas. Este trabalho vem sendo analisado e seus resultados serão divulgados oportunamente.

2 O levantamento da produção acadêmico-científica nacional foi realizado no âmbito do projeto “Políticas públicas e os desafios da implementação - Análise do caso da Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro” (apoio: FAPERJ, CNE, Ref. N° E-26/201.274/2014).

uma multiplicidade de fatores relacionados a essas condições acarretam problemas de natureza psicossocial, afetando a saúde física e mental dos indivíduos (Couto, 2012). Esses fatores podem gerar, inclusive, o afastamento de crianças e adolescentes de sua família e de sua comunidade, como já apontava Winnicott (1996), há décadas atrás.

Embora as relações familiares destes sujeitos sejam permeadas por conflitos, vulnerabilidades e dificuldades, inclusive no campo psicossocial e afetivo, os vínculos familiares resistem, ainda que fragmentados (Tfouni; Moraes, 2003; Barros et al., 2009). A ida de crianças e adolescentes para as ruas frequentemente representa um sinal extremo e um pedido de socorro que antes não foi ouvido ou efetivamente reconhecido. Dessa forma, essa ação pode ser entendida como uma busca por outras possibilidades de vida e, em alguns casos, como uma estratégia de autoproteção. Uma relação complexa de fatores gera processos graduais de afastamento, fragilização e rompimento dos vínculos familiares e comunitários (Rizzini et al., 2003). Nessas circunstâncias, a circulação, o ir e vir entre a casa, a rua e as instituições de acolhimento constitui uma das principais características da vida de crianças e adolescentes em situação de rua (Frangella, 2000; Rizzini; Neumann; Cisneros, 2009). Nas ruas, afastados de suas famílias e de suas comunidades, crianças, adolescentes e jovens seguem expostos a toda sorte de violações de direitos.

No que se refere à questão da gravidez e da maternidade na adolescência, foco central deste artigo, destaca-se que a adolescência é um momento delicado do ciclo de vida e do desenvolvimento humano. É um período no qual se processam significativas mudanças físicas, biológicas, psicológicas e sociais, fundamentais para a consolidação da identidade dos sujeitos. A gravidez e a maternidade neste período acarretam profundos impactos sobre esses indivíduos, muito embora, como todo fenômeno complexo, possua causas e consequências diversas. Nas ruas, o acesso aos serviços públicos e às oportunidades de apoio e melhoria de vida é limitado, o que torna essa realidade ainda mais desafiadora. Nesses casos, a gravidez na adolescência é frequentemente associada a baixos índices de escolaridade, baixos rendimentos no mercado de trabalho e à perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza, o que a torna uma questão de grande relevância do ponto de vista humano e social.

Gravidez e maternidade adolescentes no contexto das ruas

A falta de informação sobre o tema em questão, a exposição à violência e à exploração sexual, o uso abusivo de drogas e o limitado acesso a serviços de saúde e planejamento familiar fazem com que crianças e adolescentes em situação de rua se tornem um grupo particularmente suscetível à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. Embora, em muitos casos, seja resultado de trajetórias de exclusão, a gravidez na adolescência nem sempre é indesejada e pode conformar uma busca pela ampliação de autonomia, autoridade e reconhecimento social. A opção por ser mãe na adolescência, especialmente entre meninas que vivem em contextos de alta vulnerabilidade, pode estar relacionada a um projeto de vida pessoal. As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a ausência de um projeto profissional acabam, muitas vezes, cedendo lugar ao desejo de construir uma família. Além disso, o fato de ter um filho pode também reforçar o plano de seguir estudando e buscar melhorias em suas condições de vida (UNICEF, 2011).

Estudos indicam que, uma vez grávidas, grande parte das jovens opta por sair das ruas e buscar diferentes formas de apoio, inclusive em instituições de acolhimento. Nesses casos, os filhos passam a representar uma oportunidade de transformação. Dessa forma, a gestação e a maternidade podem se tornar estratégias de romper com a invisibilidade para meninas, que passam a ocupar papéis socialmente reconhecidos, tornando-se mães e mulheres e estabelecendo relações de amor e afeto muitas vezes, até então, inexistentes (Gontijo, 2007; Calaf, 2007; Fernandes, 2012; Penna et al, 2012a e 2012b; Santos; Motta, 2014).

Ao discutir o significado dos filhos para as mães adolescentes acolhidas, Fernandes (2012) destaca que as jovens mães consideraram mais os aspectos positivos da maternidade do que os negativos. Elas acreditam que passaram a ter atitudes menos prejudiciais a si mesmas e se sentem incentivadas a retomar os estudos, abandonar as ruas e a controlar seus comportamentos agressivos. A ideia de suprir as necessidades dos filhos e garantir seu sustento passa a ocupar a mente dessas jovens, que encontram força e coragem para enfrentar diversos problemas. Outro aspecto positivo considerado por elas é a possibilidade de criarem laços familiares e afetivos. Ainda assim, essas jovens mães reconhecem existir aspectos negativos na maternidade, como a dependência dos filhos por cuidados constantes, embora isso não revele ausência de cuidado, amor ou carinho.

A maioria das mães adolescentes em acolhimento institucional entrevistadas por Penna et al (2012a) tinha passagem pelas ruas e histórico de abuso de drogas, de violência e de laços familiares fragilizados. Como aspecto negativo, diante do reconhecimento de sua imaturidade, elas ressaltam as responsabilidades que precisam assumir e as restrições impostas à vida social. Elas revelam, ainda, certo despreparo para o nascimento dos filhos, temem as críticas que sofrem por terem sido mães tão cedo e demonstram preocupação em relação a sua situação financeira. Todavia, assim como na pesquisa citada anteriormente, essas mães ressaltaram as formas como a maternidade transformou suas vidas de modo positivo. As adolescentes tornaram-se mais preocupadas com o futuro e passaram a se dedicar a construir laços familiares a partir de seus filhos. Afeto, cuidado e educação parecem ser a base dessa nova relação onde a confiança e o diálogo passam a nortear a postura assumida pelas jovens mães.

Santos e Motta (2014) também concluem que a maternidade tem um significado especial e revela-se como um sinal de esperança, de reencontrar uma experiência de afeto significativa por meio da qual seria construído um sentimento genuíno de preocupação e comprometimento com o outro. Alinhados a pesquisas que buscam compreender a gravidez durante a adolescência de maneira menos estigmatizante, esses autores sugerem que a experiência da maternidade estimula as jovens mães a reorganizar suas vidas e encontrar verdadeira satisfação no vínculo de afeto com seus filhos.

Todavia, cabe destacar que os desafios da realidade social enfrentados por essas jovens mães também ocupam lugar de destaque nos estudos analisados. Gontijo e Medeiros (2008), por exemplo, ao mesmo tempo em que questionam a caracterização da gravidez na adolescência como um “problema” ou um “risco” no campo da saúde pública, reconhecem que muitas adolescentes em situação de rua têm suas trajetórias de vida marcadas pela exclusão social e são introduzidas na vida sexual de forma violenta e precoce, arriscando-se a contrair doenças sexualmente transmissíveis. Os autores afirmam que não defendem a ocorrência da gravidez na adolescência, mas buscam entendê-la do ponto de vista das adolescentes que a vivenciam e que, muitas vezes, não interpretam esse momento como um evento de risco, mas como uma experiência, senão desejada, satisfatória e transformadora.

A realidade de vida de muitas dessas adolescentes é marcada por baixos níveis de escolaridade, dificuldades de leitura e escrita e, conseqüentemente, uma série de obstáculos para seguirem trajetórias profissionais que lhes possibilitem maior autonomia. Famílias chefiadas por mulheres e com pais ausentes, assim como a pobreza, a vida nômade, o uso abusivo de drogas e a violência fazem parte da vida dessas adolescentes.

Em sua tese, Scappaticci (2006) revela que a maior parte das 21 entrevistadas em sua pesquisa afirmou ter crescido em contextos de extrema instabilidade, com vivências de rupturas e abandonos. Foram relatadas expulsões de casa, separações, irmãos desconhecidos, origens incertas, relações abusivas, episódios violentos, abuso sexual, abuso de drogas e decepções sobre o que esperavam de suas famílias. A maior parte delas revelou ter engravidado casualmente

e apenas uma afirmou que o parceiro assumiu o filho, sendo que as demais citaram que os parceiros desapareceram, questionaram a paternidade, tornaram-se violentos ou foram presos. Depois do nascimento do filho, elas relataram ter encontrado dificuldades de permanecer nas ruas, pois não tinham condição de comprar comida e fraldas, nem como dar banho na criança ou protegê-la do frio. Elas acabaram recorrendo aos abrigos em busca de suporte. Seus relatos são ambivalentes sobre a experiência: elas reconhecem que são acolhidas, bem tratadas e têm oportunidade de cuidar melhor de seus filhos, mas são acometidas por sensações de medo, invasão e paranoia, pois se sentem ameaçadas, têm medo de perder o filho, não têm privacidade e se sentem estigmatizadas.

Em parte dos estudos analisados, é reforçada, pelas adolescentes entrevistadas, a cultura de que a responsabilidade pela contracepção e pelos cuidados com o filho, quando o nascimento ocorre, é das mulheres (Gontijo, 2007; Gontijo; Medeiros, 2008). Fernandes (2008), em seu estudo sobre a abordagem de mulheres mães em situação de rua, cita o caso de uma adolescente de 17 anos e seu filho de 23 dias. Essa adolescente encontrava-se extremamente fragilizada e dizia-se ciente de não ser uma “boa mãe”. A autora destaca que, embora desejasse uma melhoria na sua condição de vida e de seu filho, a adolescente, ex-moradora de abrigo, morando com uma tia, usuária de crack, com baixa escolaridade e sem emprego e renda, tinha negada qualquer possibilidade de mudança. Neste caso, mais uma vez, a mulher se tornou a única responsável pelo cuidado com o filho, o que, para a autora, ampara o “sistema matrifocal” das políticas públicas e contribui para a permanência de relações desiguais de gênero.

Calaf (2007), ao refletir sobre a infância e a sexualidade a partir de um grupo de crianças e adolescentes em situação de rua, também revela que, nos seis casos de gravidez ocorridos nos três anos de realização da pesquisa, a responsabilidade pela gravidez foi atribuída às meninas. Todas se consideravam responsáveis pela prevenção e, por isso, tinham que lidar com as consequências dela. As meninas relataram dificuldades de marcar consultas com ginecologistas e, quando perguntadas sobre as campanhas de saúde dirigidas a elas, afirmaram que tais campanhas não existiam. O grupo informou ainda ter dificuldades de acessar programas de saúde devido às exigências de comprovantes de residência e de consentimento de pais e responsáveis, por exemplo.

Desafios para o acolhimento institucional de mães e bebês

De modo geral, os estudos aqui analisados questionam a escassez de políticas específicas voltadas para o atendimento de adolescentes grávidas e/ou mães em situação de rua. A construção de abrigos especializados voltados para esse grupo é considerada indispensável para que se possa promover a interação e se estimule o vínculo afetivo entre as jovens mães e seus filhos. Parte significativa desses estudos foi realizada em instituições de acolhimento, consideradas espaços de cuidado fundamentais, com potencial de reinserção social e a consolidação de uma rede de apoio social e afetivo indispensáveis para as mães adolescentes, muito embora esses locais contem com rotinas e regras muitas vezes difíceis de seguir pelas jovens acostumadas com a “liberdade” das ruas (Gontijo; Medeiros, 2008; Fernandes, 2012; Penna et al, 2012a e 2012b; Santos; Mota, 2014).

Na pesquisa realizada por Fernandes (2012) em uma instituição de referência para jovens que se encontram em situação de risco ou nas ruas, as jovens entrevistadas destacaram como aspectos negativos da maternidade no abrigo a falta de autonomia diante das constantes interferências dos profissionais que orientam e ditam regras “excessivas”. Outro aspecto negativo mencionado diz respeito ao fato de que essas jovens consideram difícil criar seus filhos no ambiente do abrigo devido aos conflitos que vivenciam diariamente, seja pela interferência que sofrem dos

profissionais, seja pela nem sempre amistosa convivência com as demais mães acolhidas. Por outro lado, parte das jovens relatou ter ótima relação com os funcionários do abrigo e atribuiu a eles um papel importante em suas vidas, sobretudo, no que diz respeito à reinserção social.

Em Penna et al (2012a), o suporte oferecido pelos funcionários do abrigo também é valorizado. As entrevistadas revelaram ser positivo, na maternidade acolhida, o relacionamento que desenvolvem com seus filhos, o apoio que recebem dos profissionais e as regras que estabelecem que é proibido bater ou gritar com os filhos. Por outro lado, mais uma vez, as normas institucionais são apontadas como aspectos desfavoráveis, pois as adolescentes sentem-se ameaçadas pela perda da guarda dos filhos, caso descumpram as regras estabelecidas, e isso ameaça a construção dos vínculos entre mães e filhos. Preocupações relativas à falta de estrutura dos abrigos e à precariedade dos serviços oferecidos também são sinalizadas.

Costa et al (2015), em seu artigo, não se restringem às crianças e aos adolescentes ao analisar o cotidiano de gestantes em situação de rua e sua relação com as políticas públicas. Porém, cabe destacar que, assim como nos demais estudos analisados, neste caso, foi constatado que as mulheres passaram a desejar um futuro melhor a partir da possibilidade de ter um filho, embora suas condições sociais precárias e, em alguns casos, a dependência química dificultem o planejamento e a realização de estratégias capazes de alterar seus cursos e projetos de vida. Os autores relatam que, na maioria das vezes, essas mulheres acabam perdendo seus filhos, o que materializa os medos das jovens mães relatados em estudos como o de Fernandes (2012) e Penna (2012a) e reafirma a importância de se oferecer o suporte necessário para que elas tenham condição de exercer a maternidade de modo adequado.

Dessa forma, embora consideremos importante desmistificar a questão da gravidez na adolescência apenas como um problema, é importante não subestimar os contextos socioeconômicos precários, a ausência de oportunidades e as experiências dolorosas por que passam as adolescentes em situação de rua. Experiências essas que, como elas próprias destacam em seus depoimentos, muito se intensificam com a vinda de um filho. Além do sofrimento resultante de trajetórias de vida marcadas por experiências traumáticas que, com frequência, vêm desde a primeira infância, elas sofrem constante discriminação e toda sorte de violações de direitos. Elas são, frequentemente, alvos de várias formas de violência, criminalização e práticas higienistas, como as de recolhimento compulsório e institucionalização em estabelecimentos que não as protegem de fato (Coimbra, 2001; Coimbra; Nascimento, 2008).

Práticas e desafios do atendimento às mães adolescentes em situação de rua

Uma das questões relacionadas à experiência de vida nas ruas que vem se apresentando como um imenso desafio no campo da saúde pública é o uso abusivo de drogas. Ainda pouco compreendido, esse fenômeno acaba sendo usado como justificativa para a realização de ações de limpeza social com práticas desumanas, arbitrárias e violentas, sem que sejam apresentadas efetivas alternativas de prevenção, cuidado e promoção de direitos para os sujeitos comprometidos com essa realidade social (Lima; Tavares, 2013; Rodrigues, 2013).

Relacionado a esse fenômeno, nos últimos anos, despontaram em várias partes do país denúncias sobre práticas violadoras de direitos em relação à população de rua, como a institucionalização de bebês logo após o parto, sem o consentimento dos pais. O assunto provocou indignação e discussões em diversos espaços, sobretudo a partir das polêmicas recomendações do Ministério Público do Espírito Santo, publicadas em 2012, e de Minas Gerais, publicadas em 2014, sobre o fluxo de atendimento e os procedimentos adotados para garantir os direitos dos nascituros e recém-nascidos, especialmente nos casos que envolvem mães usuárias de drogas e nos casos de abandono.

Essas recomendações informam que os profissionais envolvidos deveriam comunicar *imediatamente ao Poder Judiciário o nascimento de crianças de mulheres em situação de rua e/ou usuária de crack/outras drogas ou que se recusarem a realizar o pré-natal*, ocasionando, por vezes, *decisões para o afastamento das crianças recém-nascidas de suas mães, logo após o nascimento*. Essas recomendações sofreram duras críticas dos profissionais da saúde e dos defensores dos direitos das crianças de forma geral, por serem consideradas estratégias que opunham os direitos de mães e filhos, provocando a punição das mães, a separação forçada de seus filhos e a institucionalização precoce de bebês. Essas práticas foram consideradas reflexos de uma violência sistêmica contra aquelas mulheres que exercem a maternidade fora dos modelos sociais pré-estabelecidos (CRP/MG, 2015).

Adolescentes grávidas e/ou mães em situação de rua vêm sendo profundamente impactadas por essas recomendações, pois passaram a ter seu direito de escolha e de convivência familiar e comunitária ameaçados. Quando implementadas práticas como as acima descritas, de maneira arbitrária e homogênea, são renunciados os princípios de construção de propostas individuais de atendimento, segundo orientação explícita das políticas públicas nacionais. Práticas efetivas de cuidado às mães e seus filhos são direitos que precisam ser reafirmados, assim como deve ser oferecido apoio estatal para seu exercício.

Embora esteja prevista em uma série de planos governamentais, dentre os quais podemos citar o Plano Plurianual 2016-2019, Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, a atenção especial aos grupos que vivem em contextos de vulnerabilidade extrema ainda enfrenta desafios relacionados, por exemplo, à falta de documentação necessária para acessar os serviços e programas sociais. O desconhecimento sobre essa população, desde sua localização até aspectos singulares do seu viver e o reconhecimento de suas necessidades, acaba limitando as possibilidades do fazer estatal.

As unidades de acolhimento institucional, que poderiam tornar-se espaço prioritário de proteção e reinserção social e comunitária para as adolescentes grávidas e/ou mães em situação de rua, encontram desafios para se alinhar às prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente e das diretrizes, normativas e orientações técnicas que entraram em vigor na última década, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA e CNAS, 2006); as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA e CNAS, 2009) e a Lei Nº 12010/2009. É possível identificar uma série de problemas relacionados a estes espaços, dentre eles: as dificuldades de integração com a rede de atendimento; as constantes mudanças nas propostas de trabalho e a intensa rotatividade de educadores sociais; as regras que parecem arbitrárias e inadequadas para parte dos adolescentes; o afastamento dos amigos e da família; a ociosidade, que descumprir um requisito básico das crianças em idade escolar; e a ausência de um atendimento personalizado e afetivo (Ribeiro; Ciampone, 2002; Moura; Silva; Noto, 2009).

As vagas em equipamentos especializados que acolhem mulheres e adolescentes com seus filhos recém-nascidos são escassas e os fluxos de atendimento a essa população carecem de orientação humanizada. Depoimentos por parte dessas mães, referindo-se a abusos e formas desrespeitosas de atendimento em equipamentos da assistência e da saúde, são comuns (Passos, 2016). Quanto às demais iniciativas da gestão pública destinadas às pessoas em situação de rua, tais como os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros Especializados de Atendimento à População em Situação de Rua (CentroPop), os Consultórios na Rua e os Centros de Atenção Psicossocial, essas ainda são muito limitadas, sobretudo no que se refere à especificidade do atendimento às adolescentes e jovens grávidas e/ou mães.

Concluindo

O enfrentamento da questão da gravidez e da maternidade adolescente e jovem no contexto das ruas tornou-se mais premente nos últimos anos por dois motivos: o avanço das políticas públicas e práticas voltadas aos direitos humanos, que demandam ações que assegurem os direitos de crianças, adolescentes e jovens; e a presença crescente de práticas punitivas e repressivas, que incidem prioritariamente sobre grupos populacionais em contextos de vulnerabilidade.

A maior parte dos estudos analisados busca explorar as contradições entre os aspectos positivos e negativos da gravidez e da maternidade na adolescência. Os primeiros são comumente relacionados ao discurso das entrevistadas e suas formas de vivenciar a questão. As adolescentes parecem interpretar essas contradições como etapas naturais de amadurecimento que podem transformar-se em plataforma de mudança para suas vidas. Já os aspectos negativos costumam relacionar-se à realidade social dessas mães e ao fato de que, muitas vezes, mais do que uma opção, a gravidez e a maternidade na adolescência podem ser fruto da ausência de oportunidades para que essas jovens visualizem um futuro diferente para si. Também podemos destacar que cuidar dos filhos na rua é considerado bastante desafiador pelas adolescentes que, de modo geral, recorrem às instituições de acolhimento, buscando apoio para o exercício da maternagem. Além disso, destacamos a ausência de estudos que tenham como foco a questão da paternidade adolescente, o que reforça sua invisibilidade.

Embora sejam necessárias mais pesquisas sobre o tema e o aprofundamento deste debate, alguns caminhos vêm sendo apontados visando à implementação de políticas públicas intersetoriais capazes de melhor responder às necessidades desse grupo. Recomenda-se, prioritariamente, a criação de programas e serviços que visem a: (a) assegurar condições para o exercício responsável da maternidade e da paternidade; e (b) apoiar jovens mães e pais para que eles possam alçar condições favoráveis de inserção social, educacional e laboral, visando a uma maior autonomia. Além disso, é fundamental aprimorar a qualificação da rede de atendimento para que ela seja capaz de assegurar a proteção e o acesso de jovens mães, pais e seus filhos a múltiplos serviços e direitos. Deve ainda ser considerada prioridade a construção de equipamentos seguros capazes de efetivamente acolher mães e bebês conjuntamente, garantindo, sobretudo, seu direito à convivência familiar e comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, P. C. M. et al. Era uma casa ...!? Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 447-453, jul./set. 2009.

CALAF, P. P. **Criança que faz criança: (des) construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: **Direitos Humanos não tem idade**. Rio de Janeiro: CEDECA/São Martinho, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/producao.pdf>> Acesso em: 04/07/2017.

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD (CRC). **Concluding observations on the combined second to fourth periodic reports of Brazil**. Publicado em: 30 de outubro de 2015.

- COSTA et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.3, p.1089-1102, 2015.
- COUTO, M. C. V. **Políticas de saúde mental para crianças e adolescentes:** especificidades e desafios da experiência brasileira. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Mental) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRP/MG). **Da destituição do poder familiar:** um caso de/para mães. Publicado em 2015.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DP/RJ). **Reunião de Trabalho do Grupo de Discussão sobre a Nota Técnica Conjunta n. 001 SAS e SGEP do Ministério da Saúde.** Publicado em 2015 (mimeo).
- FERNANDES, L. P. Maternidade e consanguinidade no contexto da situação de rua *In: Fazendo Gênero 8* – Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.
- FERNANDES, R. S. **A maternagem em unidade de abrigamento:** a relação entre mães adolescentes e seus filhos. 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- FRANGELLA, S. M. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. **Cadernos Pagu**, nº 14, pp.201-234, 2000.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O Direito de Ser Adolescente:** oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades, 2011.
- GONTIJO, D. T. **Adolescentes com experiência de vida nas ruas:** compreendendo os significados da maternidade e paternidade em um contexto de vulnerabilidade. 2007. Tese (Doutorado em Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.
- GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. “Tava morta e revivi”: significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(2):469-472, fev. 2008.
- LIMA, R. C. C.; TAVARES, P. Desafios recentes às políticas sociais brasileiras sobre as drogas: Enfrentamento ao crack e proibicionismo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 6-23, jul./dez. 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Nota técnica conjunta N° 001 - SAS e SGEP**, 2015 (mimeo).
- MOURA, Y. G.; SILVA, E. A.; NOTO, A. R. Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF, 3 (01), p. 31-46, jan./jun. 2009.
- PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**; 20(1), p. 42-52, 2008.
- PASSOS, S. M. B. **Mulheres/mães usuárias de crack:** histórias de desproteção social. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- PENNA et al. A maternidade no Contexto de Abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. **Rev Esc Enferm**, USP, 2012a; 46(3): 544-8.
- _____. Concepção de profissionais de unidades de acolhimento sobre a maternidade em adolescentes abrigadas. **Rev Rene**. 2012b; 13(1):44-52.

RIBEIRO, M. O. A criança de/na rua tem família: uma família em crise. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum**, São Paulo, 11(1), 2001.

RIBEIRO, M. O.; CIAMPONE, M. H. T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. **Rev. Esc. Enferm.**, USP (São Paulo), v. 36(4), p. 309-316, 2002.

RIZZINI, I. (Coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas. Trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; NEUMANN, M. M.; CISNEROS, A. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro In: RIZZINI, I.; SILVA, S. B. **O Social em Questão**, nº 21. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

RODRIGUES, L. B. F. Liberdades individuais, direitos humanos e a internação forçada em massa de usuários de drogas. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**. Belo Horizonte, v. 7, n.25, jan./abr., 2013.

SANTOS, K. D.; MOTTA, I. F. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 31(4), 517-525, out/dez 2014.

SCAPPATICCI, A. L. S. **Contextos de vida e as vivências da maternidade de adolescentes em situação de rua**. Aspectos sociais e psicológicos. 2006. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

TFOUNI, L. V.; MORAES, J. A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. **Psicol. USP**, São Paulo, vol.14, n.1, 2003.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

YUNES, M. Â. M. et al. Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. **Paidéia**, 11(20), p. 47-56, 2001.

Resumo

A gravidez e a maternidade na adolescência acarretam profundos impactos nas vidas de jovens mulheres. Quando ocorrem em contextos de alta vulnerabilidade, como nas ruas, essa realidade torna-se ainda mais desafiadora e uma questão importante para o campo das políticas públicas. Entretanto, é restrita a produção de conhecimento sobre essa temática e, como resultado, são poucas as pesquisas que podem subsidiar os desenhos institucionais de assistência e atenção a jovens mães em situação de rua. Este artigo visa a contribuir para o debate atual, revisitando a literatura acadêmica e discutindo práticas em curso destinadas às adolescentes grávidas e/ou mães em situação de rua. Identificamos que a maior parte dos estudos analisados considera aspectos positivos da maternidade, a partir dos discursos das jovens mães, ainda que sejam reconhecidas a complexidade do cotidiano de vida dessas adolescentes, a escassez de serviços específicos voltados para seu atendimento e a permanência de práticas punitivas e repressivas voltadas para essa população.

Palavras-chave:

gravidez, maternidade, jovens em situação de rua.

DATA DE RECEBIMENTO: 06/11/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 12/01/2018



Irene Rizzini

Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e diretora do Centro Internacional de Estudos sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), Brasil.

Email: irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com



Renata Mena Brasil do Couto

Pesquisadora do Centro Internacional de Estudos sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) e doutora em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

Email: renatabrasilciespi@gmail.com



IMAGEM: Pxhere

Violência e namoro na adolescência: uma revisão de literatura

Thais Afonso Andrade

Albenise de Oliveira Lima

Introdução

O fenômeno da violência no namoro ainda é pouco estudado no Brasil ao se comparar com a produção da literatura internacional sobre a temática (Minayo; Assis; Njaine, 2011; Cecheto; Oliveira; Njaine; Minayo, 2016). O presente artigo objetiva analisar a produção científica sobre a violência no namoro entre adolescentes nos idiomas português e espanhol, no período que compreende os anos de 2006 a 2016.

O CDC (Centers for Disease Control and Prevention) dos Estados Unidos aponta que a violência no namoro entre adolescentes refere-se à: 1) violência física – ocorre quando o parceiro(a) utiliza a força física contra o outro; 2) sexual – forçar o parceiro(a) a relacionar-se intimamente sem consentimento; 3) psicológica ou emocional – ameaçar, insultar e controlar o parceiro(a) (esta pode ser denominada também de violência verbal ou verbal-emocional); e 4) perseguição – diz respeito a assediar sucessivamente o parceiro(a), provocando medo e ansiedade pela presença indesejada. A vivência de um namoro violento pode desencadear sintomas como: depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas, comportamentos antissociais e ideação suicida. Assim, é vista como um problema de saúde pública que apresenta consequências a curto e longo prazo para o adolescente em desenvolvimento (CDC, 2016).

No panorama nacional, a respeito dos impactos de perpetrar e ser vítima (ou ainda ambos os casos) de um namoro violento, as pesquisadoras brasileiras Diniz e Alves (2015) ressaltam que não se tem ainda, no país, conhecimento sobre as consequências em curto, médio e longo prazo desse tipo de violência na adolescência.

Uma pesquisa pioneira investigou a violência nas relações afetivo-sexuais, ficar ou namorar, entre adolescentes, no cenário nacional, em dez capitais brasileiras. Participaram do estudo 3.200 alunos na faixa etária de 15 a 19 anos de 104 escolas públicas e privadas entre os anos 2007 e 2009. A investigação aponta que a maioria das meninas e dos meninos, 76,6%, simultaneamente perpetra e sofre vários tipos de violência no relacionamento, dados que corroboram as pesquisas internacionais. Na violência verbal, esse número sobe para 96,9%. Na tipologia violência física, 64,1% dos estudantes agride(m) e também são agredidos fisicamente por seus parceiros(as) (Minayo et al., 2011). Nesse contexto, a violência no namoro entre adolescentes é considerada uma forma de violência de gênero, pois “envolve relações de dominação/subordinação determinadas pela construção histórica e social da masculinidade e feminilidade hegemônicas” (Brancaçlionj; Fonseca, 2016, p. 953).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a violência no namoro entre jovens é uma forma prematura da violência conjugal. Diante disso, aponta que os programas de prevenção da violência no namoro constituem uma das evidências para a prevenção da violência juvenil. Essas intervenções contribuem para o desenvolvimento de relações amorosas mais saudáveis com a utilização de estratégias para resolução de conflitos não violentos. Entretanto, grande parte dessas evidências é realizada em países desenvolvidos, como Estados Unidos e Canadá (OMS, 2016).

É na adolescência que as relações de amizade e de namoro ganham maior importância, a família vai cedendo espaço para a construção de outros relacionamentos e interações. É nessa fase do ciclo do desenvolvimento que “o comportamento dos adolescentes resulta de uma interação complexa entre processos pessoais, relacionais, transgeracionais e sociais” (Diniz; Alves, 2015, p. 39). Dessa forma, diante da relevância do tema, torna-se significativo conhecer as pesquisas realizadas sobre o assunto.

Metodologia

O presente artigo é uma revisão sistemática do conhecimento científico acerca do fenômeno violência no namoro na adolescência, contemplando estudos publicados no idioma português e espanhol, em periódicos, nas seguintes bases de dados bibliográficas: SciELO, PePSIC, LILACS e Periódicos CAPES. A revisão sistemática é uma investigação com foco em uma questão definida que objetiva selecionar, avaliar e compilar os estudos disponíveis acerca de determinado tema. Trata-se, assim, de estudos secundários, que encontram, nos estudos primários (artigos científicos), sua fonte de dados (Galvão; Pereira, 2014; Castro, 2001).

A revisão foi realizada através da busca eletrônica de artigos indexados nas bases acima citadas, a partir dos descritores previamente selecionados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): “*violência*” e “*adolescência*”. Empregou-se também o termo livre “*namoro*”, não encontrado no DeCS, mas de extrema relevância para a pesquisa. Os descritores equivalentes em espanhol utilizados foram “*violencia*”, “*adolescencia*” e “*noviazgo*”. Para otimizar a busca dos artigos, os descritores acompanharam o termo livre e, em seguida, apenas o termo livre. Como complemento da estratégia de busca, foi utilizado o operador booleano “AND”. Dessa forma, apresentaram-se as seguintes combinações: “*violência and namoro*”; “*adolescência and namoro*”; “*namoro*” e “*violencia and noviazgo*”; “*adolescencia and noviazgo*”; “*noviazgo*”.

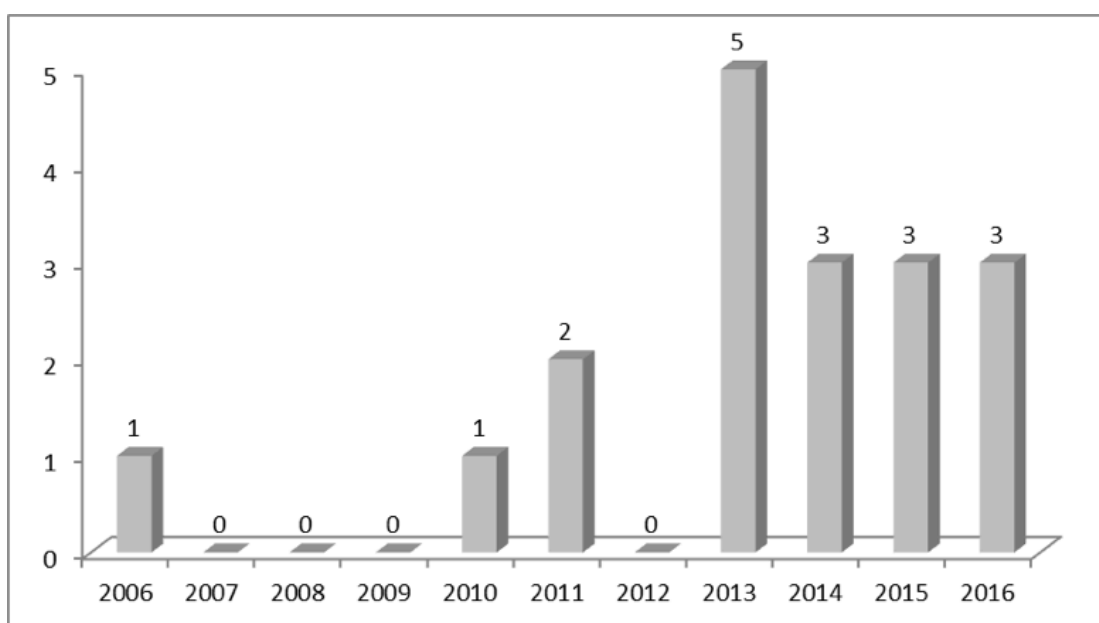
O período definido para a produção deste estudo compreendeu as publicações dos anos entre 2006 e 2016, limitando-se até o dia 12 de dezembro de 2016. Os artigos pesquisados poderiam estar sob a ótica de diferentes abordagens teóricas da psicologia e de qualquer área do conhecimento, como exemplo, saúde pública, enfermagem, educação entre outras.

Os critérios adotados para a inclusão foram: qualquer tipologia de violência ocorrida no âmbito do namoro de adolescentes; violência no namoro retratada em qualquer área do conhecimento; e o público-alvo da pesquisa compreendendo a faixa etária entre 10 e 19 anos. Os artigos publicados fora do período selecionado, artigos de revisões teóricas ou análise documental, além de artigos que não compreendiam a idade limite de 19 anos foram os critérios adotados para sua exclusão.

Resultados

A princípio, encontraram-se 545 publicações nas quatro bases de dados pesquisadas. Considerando inicialmente o período selecionado para a revisão, as repetições dos artigos, as revisões de literatura, bem como as investigações que não contemplavam o tema, restaram 118 artigos, que tiveram os resumos lidos para que fosse possível aplicar os critérios de inclusão e exclusão. Após essa leitura inicial e tomando como base os critérios propostos, foram selecionados 59 artigos nos dois idiomas: 17 em português e 42 em espanhol, que foram submetidos à leitura na íntegra. Entretanto, após tal leitura, observou-se que 41 investigações não correspondiam totalmente aos critérios de inclusão. Dessa maneira, restaram 18 artigos para a discussão. Nota-se que mais da metade das publicações selecionadas para a leitura foi produzida no idioma espanhol de países como Chile, Espanha, México e Costa Rica. Houve uma pesquisa realizada no Canadá, publicada em revista espanhola.

Gráfico 1 - Distribuição dos 18 artigos selecionados por ano de publicação



Verificou-se, ainda, que oito artigos, quase a metade dos estudos selecionados, retratam o fenômeno da violência no namoro entre adolescentes pelo viés da teoria de gênero, conforme Murta; Moore et al.(2016), Cecchetto et al. (2016), Brancaglioni; Fonseca (2016),Gómez; García; Vicario (2015), Ruiz (2014), Murta; Santos et al.(2013), Wolf et al.(2011) e García; Farré (2010). Outro aspecto identificado foi que nenhuma das investigações retrata a violência no namoro ou “ficar”, especificamente, com casais homossexuais.

Para a análise dos artigos selecionados, criou-se um quadro com as informações relevantes da produção científica encontrada, a saber: autor/ano de publicação; método do estudo; população pesquisada/país onde ocorreu a pesquisa; objetivo e os principais resultados encontrados.

Quadro 1 – Informações dos estudos selecionados

	Área de conhecimento	Método	Amostragem/País	Objetivo	Principais Resultados
Barreira et al. (2013)	Saúde pública	Quantitativo	302 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Brasil)	Estimar a prevalência de perpetração de violência física e psicológica entre adolescentes namorados de Recife.	Para os adolescentes, vivenciar violência na comunidade e em relacionamentos de mais de um ano de duração apresenta maiores chances de perpetrar violência psicológica. Enquanto sofrer violência física do pai, entre irmãos e em namoros anteriores, além de ter perpetrado violência verbal em relacionamentos anteriores, foram variáveis que aumentaram a chance de perpetração de violência física e psicológica no namoro.
Barreira et al. (2014)	Saúde pública	Quantitativo	355 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Brasil)	Estudar a violência física e psicológica entre namorados adolescentes com relação aos perfis de direcionalidade – apenas o homem perpetra, apenas a mulher perpetra, e bidirecional, ou seja, ambos perpetram violência.	A violência é bidirecional na maioria das formas estudadas. A violência praticada nas relações no namoro apresenta um padrão onde os parceiros se agridem mutuamente, tanto física como psicologicamente.
Murta et al. (2016)	Psicologia	Quantitativo-Qualitativo	45 adolescentes entre 15 e 17 anos. (Brasil)	Avaliar os efeitos de uma intervenção para prevenção à violência no namoro sobre intenções de enfrentamento a esse tipo de violência.	Houve redução significativa em crenças que apoiam a restrição emocional como característica masculina no grupo experimental, ao passo que intenções de enfrentamento à violência no namoro e regulação emocional não sofreram mudanças significativas em nenhum dos grupos.

Oliveira et al. (2014)	Saúde pública	Quantitativo	3.205 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Brasil)	Avaliar a perpetração de violência psicológica no relacionamento afetivo-sexual atual de adolescentes do sexo masculino e feminino e sua relação com violência psicológica vivenciada em outros contextos de suas vidas: família, relacionamento com amigos e com parceiros afetivo-sexuais anteriores.	O aumento do número de eventos de violência psicológica perpetrada pelos adolescentes em seus relacionamentos íntimos está relacionado à mais elevada agressão verbal da mãe e do pai; e à mais frequente vivência de violência psicológica entre pais, irmãos, amigos e àquela presente nos namoros anteriores. Reforçam a noção de circularidade da violência psicológica nos diversos contextos de socialização do adolescente e destacam a continuidade do comportamento agressivo em outras relações de namoro, entre irmãos, na família e amigos.
Beserra et al. (2015)	Saúde	Quantitativo	260 adolescentes entre 12 e 18 anos. (Brasil)	Estimar a prevalência da violência no namoro na adolescência.	A prevalência da violência no namoro foi de 19,2%. Verificaram-se associações significativas entre o sexo e as questões (vítima ou agressor), observando-se mais adolescentes agressoras (14,3%). Após a agressão, 40% responderam que não sentiu nada e 28% achou normal.
Branca-glioni; Fonseca (2016)	Enfermagem	Quantitativo	111 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Brasil)	Analisar a violência por parceiro íntimo na adolescência na perspectiva de gênero e geração.	91% dos participantes perpetraram e 90,1% sofreram, no mínimo, uma das naturezas de violência. A violência por parceiro íntimo na adolescência constitui uma forma de violência de gênero, e as construções de gênero determinaram as agressões sofridas e perpetradas, possivelmente determinando também a naturalização e legitimação de tais agressões.

Cecchetto et al. (2016)	Saúde Pública	Qualitativo	257 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Brasil)	Analisar os significados da violência no namoro percebida por adolescentes brasileiros do sexo masculino.	Os significados atribuídos ao fenômeno da violência no namoro são recortados por representações rígidas de papéis de gênero, correspondendo às expectativas em relação ao desempenho de homens e mulheres nas relações afetivo-sexuais.
Matos et al. (2006)	Psicologia	Qualitativo	250 adolescentes entre 14 e 19 anos. (Portugal)	Promover a aquisição de conhecimentos acerca do fenômeno.	As ações desenvolvidas têm efeitos positivos para ambos os sexos, traduzindo-se numa menor tolerância dos participantes face à violência.
Murta et al. (2013)	Psicologia	Quanti- Qualitativo	60 adolescentes entre 15 e 18 anos. (Brasil)	Avaliar os efeitos de uma intervenção preventiva sobre a intenção de enfrentamento à violência no namoro e crenças sexistas e homofóbicas entre adolescentes.	A intenção de enfrentamento à violência no namoro foi similar entre as condições experimentais, com aumento em intenção de negociação e redução em intenção de resignação e violência.
Soares et al. (2013)	Saúde Pública	Quanti- Qualitativo	283 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Brasil)	Analisar a busca por serviços de atenção e a rede de apoio referida pelos adolescentes do ensino médio das redes pública e privada de Porto Alegre-RS.	Apenas 5% dos adolescentes solicitaram ajuda para problemas decorrentes de violência e, quando o fizeram, procuraram, principalmente, amigos e família. Os profissionais de saúde foram pouco citados.

Gómez et al. (2015)	Educação	Qualitativo	156 adolescentes entre 14 e 17 anos. (Chile)	Fornecer evidências sobre o modo como os adolescentes estabelecem as suas relações de namoro e determinar se, nessas relações, existem indícios de violência de gênero exercida contra a mulher adolescente.	No namoro, há um número significativo de violência de gênero, especialmente a violência psicológica, na qual aparece uma clara esquematização rígida desses papéis culturalmente assimilados e onde os valores de força, poder e domínio aparecem como valores próprios da identidade masculina. Em contrapartida, a identidade feminina forma-se com os atributos de fraqueza e necessidade de proteção.
Fernandez-Fuertes et al. (2011)	Psicologia	Quantitativo	601 adolescentes entre 15 e 19 anos. (Espanha)	Conhecer a porcentagem das (dos) adolescentes que comentem ou sofrem agressões verbais-emocionais, físicas e sexuais em seus namoros.	As agressões verbais-emocionais constituem o tipo de agressão mais característica neste grupo. Destaca-se a alta porcentagem de participantes que admitiram ter cometido ou sofrido os três tipos de violência no seu namoro. Os adolescentes afirmaram cometer violência verbal e sexual ou apenas a violência verbal em seus relacionamentos. Já a maior parte das adolescentes perpetrava apenas a violência verbal contra o namorado.
Ruiz (2014)	Psicologia	Qualitativo	457 adolescentes entre 13 e 18 anos. (Espanha)	Conhecer como as redes sociais influenciam a perpetuação do ideal romântico entre adolescentes.	O resultados apontam que 7 em cada 10 meninas(as) entre 13 e 16 anos acreditavam que o ciúme é uma prova de amor. 3 em cada 10 já sofreram algum insulto, comentários maldosos ou humilhações por meio das redes sociais.
Wolfe et al. (2011)	Educação	Qualitativo	1.722 adolescentes entre 13 e 17 anos. (Canadá)	Determinar se um currículo que integra a prevenção da violência no namoro entre adolescentes com temas como relacionamentos saudáveis, saúde sexual e consumo de substâncias reduz a violência no namoro entre adolescentes dois anos depois.	A inclusão de conteúdos curriculares sobre relações sociais saudáveis, assim como habilidades para evitar situações de violência física nas relações de namoro entre adolescentes, pode reduzir esse tipo de violência, bem como aumentou o uso de preservativos pelos meninos.

García; Farré (2010)	Psicologia	Quantitativo	122 adolescentes entre 15 e 16 anos. (Espanha)	Conhecer as condutas de maus tratos nos relacionamentos identificados pelos (as) adolescentes de uma escola de Córdoba;	É considerável o número de alunos que não identifica a violência no namoro, sendo as condutas de maus tratos físicos as que são mais facilmente identificadas. Evidencia-se que a experiência de violência no namoro se produz com uma frequência considerável, sendo as mais comuns as do tipo sexual e psicológico.
Moyeda et al. (2013)	Psicologia	Quantitativo	198 adolescentes entre 13 e 15 anos. (México)	Identificar os estilos de amor no início da adolescência, caracterizar a violência presente nas relações de namoro dos adolescentes.	Os estilos amorosos predominantes foram Storge e Eros. Os homens cujo estilo foi Ludus apresentam mais possibilidades de receber violência e as mulheres cujo estilo predominante foi Ágape sofrem e perpetram mais violência em suas relações amorosas.
Fernandez-Fuertes et al. (2015)	Psicologia	Quantitativo	797 adolescentes entre 15 e 18 anos. (Costa Rica)	Fortalecer o conhecimento sobre o comportamento agressivo em casais adolescentes da Costa Rica.	A maioria dos participantes perpetrou ou sofreu alguma agressão do parceiro, especialmente as verbais-emocionais ou verbais-emocionais e sexuais (baixa frequência). Verifica-se a existência de dificuldades por parte dos adolescentes de resolver de forma saudável os conflitos que se apresentam em suas relações.
Lazarevich et al. (2013)	Saúde Mental	Quantitativo	729 adolescentes entre 17 e 19 anos. (México)	Avaliar a violência no namoro, os sintomas depressivos e a autoestima em estudantes universitários.	Há elevada prevalência de violência entre jovens universitários, particularmente a verbal-emocional (75%). As agressões foram de caráter bidirecional, tanto homens quanto mulheres cometeram e sofreram violência. A conduta violenta se associou à baixa autoestima nas mulheres e a sintomas depressivos em ambos os sexos.

Discussão dos dados

Para a discussão dos resultados, foram levantadas três categorias de análise:

a) objetivos e desenho dos estudos; b) instrumentos utilizados; c) programas de prevenção indicados.

a) Objetivos e desenho dos estudos

No que diz respeito aos estudos de prevalência da violência no namoro entre adolescentes, a pesquisa de Barreira et al. (2013) objetivou estimar a prevalência de perpetração de violência física e psicológica entre namorados adolescentes. O estudo também visou a identificar os fatores associados e a coocorrência de ambos os tipos de violência. Alguns resultados demonstram que, como prevalência, 19,9% cometeu algum tipo de violência física e 82,8% deles, de violência psicológica em seus namoros. Nesse estudo, também ficou evidenciado que, geralmente, há a coocorrência da violência física com a psicológica.

As maiores chances de se perpetrar violência psicológica foram identificadas entre os adolescentes que vivenciaram violência na comunidade, os quais apresentam quatro vezes mais chances de perpetrar esse tipo de violência no namoro e, ainda, em relacionamentos com mais de um ano de duração. Além disso, sofrer violência física do pai, entre irmãos e em namoros anteriores, além de ter cometido violência verbal em relacionamentos anteriores, foram variáveis que aumentaram a chance de perpetração de violência física e psicológica no namoro. A relação entre sofrer violência verbal no âmbito familiar pelos genitores e o aumento do número de violência psicológica no namoro também foi revelado no estudo de Oliveira et al. (2014), com 3.205 adolescentes entre 15 e 19 anos.

Neste mesmo sentido, Brancaglioni e Fonseca (2016) apontam que 95,7% das meninas e 83,3% dos rapazes já haviam perpetrado pelo menos uma tipologia de violência em suas relações de namoro. No aspecto de vitimização, o estudo revelou que 94,2% das meninas e 83,3% dos meninos já sofreram ao menos um tipo de violência. A violência psicológica foi perpetrada por 90% dos participantes.

O estudo de Fernández-Fuertes et al. (2011) analisou a incidência de comportamento agressivo nas relações de namoro e encontrou resultados similares. A violência verbal-emocional (psicológica) foi a que obteve maior porcentagem de vitimização e perpetração entre os participantes, enquanto a violência física apresentou número reduzido. Em investigação realizada com adolescentes entre 15 e 18 anos, cujo objetivo era fortalecer o conhecimento sobre o comportamento agressivo em casais adolescentes na Costa Rica, foi observado que a porcentagem de meninas que havia cometido um ou mais tipos de agressões físicas foi significativamente superior aos meninos (Fernández-Fuertes; Orgaz-Baz; Lima-Silva, 2014).

Por outro lado, Cecchetto et al. (2014) analisaram as visões e experiências de 257 rapazes sobre a violência em seus relacionamentos íntimos e concluíram que os adolescentes

desqualificam a violência física perpetrada pelas moças, além de relatarem que a traição feminina provoca a violência por parte do parceiro. Assim, os sentidos conferidos aos episódios de violência no namoro são evidenciados por representações dos papéis de gênero quanto ao que se espera do desempenho de homens e mulheres nas relações íntimas. Gómez et al. (2015), em estudo semelhante, com 156 participantes de ambos os sexos, buscaram fornecer evidências sobre o modo como os adolescentes estabelecem as suas relações de namoro e determinar se nessas relações existem indícios de violência de gênero exercida contra a mulher adolescente. Os resultados revelam que, nas primeiras relações amorosas dos participantes investigados, ficou evidenciada a presença da violência de gênero, sobretudo, a violência psicológica. Os valores da identidade masculina apontados foram força, poder e domínio. No entanto, para a identidade feminina, foram assinalados atributos como fraqueza e necessidade de proteção.

Na pesquisa que objetivou estudar a violência física e a psicológica entre namorados adolescentes com relação aos perfis de direcionalidade, Barreira et al. (2014) apontam que 83,9% dos adolescentes que participaram da pesquisa perpetraram violência, ou seja, ela é bidirecional, ambos os parceiros agredem-se simultaneamente. Destaca-se que este padrão é o mais aceito e encontrado na literatura internacional. No entanto, os autores salientam que a bidirecionalidade da violência no namoro, em outras palavras, a violência simultânea entre os parceiros, necessita de um aprofundamento e mais estudos, pois esses achados não corroboram os números da violência contra a mulher adulta nas relações íntimas.

Ruiz (2014), no estudo sobre as implicações do uso de redes sociais em relação ao incremento de violência de gênero entre adolescentes, concluiu que a perpetuação das desigualdades e o aumento da violência de gênero apresentam relação com o discurso de amor romântico na juventude. Outro aspecto encontrado na pesquisa é o de como a crença no discurso do amor romântico se relaciona e se justifica com formas de controle do parceiro, uma vez que as redes sociais oferecem a possibilidade de estar conectado o tempo todo.

b) Instrumentos utilizados nos estudos

Nas pesquisas analisadas, nove estudos utilizaram como instrumento de coleta de dados a escala *Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory* (CADRI). A escala foi adaptada e validada para o português por Minayo et al. (2011). Trata-se de um instrumento para o público adolescente, autoaplicável, com 70 itens que aferem a vitimização e a perpetração de violência sexual, psicológica e física, assim distribuídos: 25 questões mensuram a violência perpetrada; 25 avaliam a violência sofrida; e os outros 20 itens não são avaliados na escala por apresentarem conteúdos que não retratam a temática da violência no namoro (Fernandez-Fuertes et al., 2011; Wolf et al., 2011; Soares et al., 2013; Barreira et al., 2013; Lazavevich et al., 2013; Barreira et al., 2014; Oliveira et al., 2014; Fernandez-Fuertes et al., 2015; Brancaglioni; Fonseca, 2016).

Outros instrumentos utilizados na pesquisa de Moyeda et al. (2013), para a investigação da violência no namoro entre casais adolescentes, foram o *Cuestionario sobre Violencia em el Noviazgo* (CVN) e a *Escala de Actitudes Amorosas* (EAA).

Beserra et al. (2016) utilizaram o questionário autoaplicado *Violência na Escola*, no qual foram acrescentadas sete questões relacionadas sobre violência no namoro. Matos et al. (2006) utilizaram a *Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (E.C.V.C)*. Trata-se de um instrumento autoaplicável com 25 itens de sentenças pontuadas de 1 a 5.

Murta; Moore et al. (2016) aplicaram um instrumento qualitativo que contém seis sentenças incompletas, as quais abordam situações de vitimização e perpetração de violência nas relações de namoro, chamado de *Sentenças Incompletas acerca de Intenção de Enfrentamento à Violência no Namoro*. O participante foi convidado a completar as sentenças de modo livre. Em estudo anterior, Murta; Santos et al. (2013) desenvolveram as *Sentenças Incompletas para Avaliação de Crenças Sexistas e Homofóbicas e Intenção de Enfrentamento à Violência no Namoro*, contendo 12 sentenças incompletas com questões referentes a papéis de gênero, homossexualidade e violência no namoro para serem completadas livremente.

Oliveira et al. (2014) utilizaram, além da CADRI, o instrumento *Conflict Tactics Scale* validado para a população brasileira. Essa escala mensura a violência familiar de pais contra os filhos. No artigo, foi utilizada uma subescala de seis itens, cujo objetivo é o de avaliar a agressão verbal exercida pela mãe e pelo pai contra o adolescente participante.

c) Programas de prevenção da violência no namoro

As pesquisas sobre programas de intervenção da violência no namoro para adolescentes ainda são escassas no Brasil. Salienta-se que as duas pesquisas brasileiras que abarcam a presente revisão foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Outros dois estudos, um português e um canadense, também desenvolveram pesquisas sobre os programas de prevenção com casais de namorados adolescentes. Observou-se que os quatro estudos foram realizados em contexto escolar.

Nesse cenário, Murta; Santos et al. (2013) realizaram um estudo com 60 adolescentes divididos em dois grupos: Condição Intervenção (CI), com 27 adolescentes, e Condição Controle (CC), com 33 adolescentes em condições experimentais. O objetivo era o de avaliar a repercussão de uma intervenção preventiva relacionada ao enfrentamento à violência no namoro e crenças sexistas homofóbicas. Os resultados em intenção de enfrentamento à violência no namoro foram similares entre as condições experimentais, com aumento em intenção de negociação e redução em intenção de resignação e violência. Contudo, os resultados do estudo não são conclusivos e podem ser comparados com novas pesquisas a fim de corrigir limitações apontadas pelos autores.

Mais recentemente, Murta; Moore et al. (2016) pretenderam avaliar, em uma escola pública, os efeitos de um programa de prevenção à violência no namoro. Como no estudo anterior, 45 adolescentes foram separados em grupo experimental e grupo controle. Os resultados demonstraram redução significativa em crenças que apoiam a restrição emocional como característica masculina no grupo experimental, ao passo que intenções de enfrentamento à violência no namoro e regulação emocional não sofreram mudanças significativas em nenhum dos grupos. Os autores apontam que outros estudos de caráter longitudinal são necessários para esclarecer esses resultados.

Matos et al. (2006) destacam resultados eficazes para os adolescentes que participaram do programa de prevenção à violência no namoro, resultando em uma menor tolerância a episódios de violência por parte dos participantes. Tais resultados foram avaliados nas possíveis mudanças de atitudes e crenças percebidas no pré e pós-teste. Após a realização do pré-teste, houve a sensibilização dos alunos para temas relacionados ao fenômeno da violência no namoro, definição dos conceitos de maus-tratos nas relações íntimas, orientações a respeito de como agir numa situação de violência, entre outros. A pesquisa compreendeu dois ensaios exploratórios que foram conduzidos no decorrer dos anos letivos de 2000/2001 e 2002/2003 em duas escolas, somando 250 participantes no total.

Os pesquisadores Wolfe et al. (2011) desenvolveram o chamado *La Cuarta R: Habilidades para las Relaciones entre los Jóvenes*, que objetiva a promoção de relacionamentos saudáveis e a prevenção da violência. Trata-se de um programa de intervenção com vinte e um temas implementados na grade curricular de vinte escolas de Ontário, no Canadá. Os conteúdos eram ministrados pelos próprios professores da disciplina Saúde e Educação Física, que receberam um treinamento especializado sobre a temática da violência no namoro e relações saudáveis. Os pais dos alunos também foram envolvidos na intervenção, por meio de reuniões da escola e através do recebimento de quatro folhetos que descreviam os temas tratados nas aulas. Observou-se que a inclusão de temas nas escolas, tais como relações saudáveis e formas de como se evitar situações de violência no namoro entre casais adolescentes, permitiu a redução de casos de violência. Outro resultado curioso foi relacionado aos adolescentes que se envolveram menos em práticas sexuais de risco, ou seja, os meninos fizeram mais uso da camisinha.

Considerações finais

Por meio deste estudo, que objetivou analisar a produção científica sobre a violência no namoro entre adolescentes, pode-se inferir que pesquisas sobre o fenômeno desse tipo de violência entre adolescentes ainda são incipientes no cenário brasileiro. Entretanto, a magnitude do impacto de vivenciar situações que envolvem sofrer ou perpetrar violência, nesse contexto, pode acarretar consequências variadas para o desenvolvimento dessa idade etária, em direção à vida adulta.

Evidenciou-se, também, que a violência no namoro apresenta características que diferem da violência contra a mulher por parceiro íntimo, particularmente no que diz respeito a incidências estatísticas que destacam apenas a mulher como vítima. Salienta-se que a violência aqui estudada pode ser um preditor da violência conjugal.

Os programas de prevenção desenvolvidos em contexto escolar, internacionais, são apontados como uma importante ação interventiva para a prevenção precoce das relações violentas no namoro entre adolescentes. Em contrapartida, os resultados das investigações nacionais ainda são incipientes e apresentam resultados inconclusivos.

Os trabalhos revisados e aqui analisados debruçaram-se, em sua maioria, sobre as teorias de gênero. Diante disso, sugerem-se novas possibilidades de estudos que dialoguem com outras teorias, de modo a contribuir com o aprofundamento e amplitude da temática em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA, A. K.; LIMA, M. L. C.; AVANCI, J. Q. Coocorrência de violência física e psicológica entre adolescentes namorados do Recife, Brasil: prevalência e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 233-243, 2013.
- BARREIRA, A. K. et al. Direcionalidade da violência física e psicológica no namoro entre adolescentes do Recife, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, p. 217-228, jan./mar. 2014.
- BESERRA, M. A. et al. Prevalência de Violência no Namoro entre Adolescentes de Escolas Públicas de Recife/PE – Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 8, n. 7, p. 91-99, 2015.
- BRANCAGLIONI, B. C. A.; FONSECA, R. M. G. S. Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise de gênero e geração. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 5, p. 946-955, 2016.
- CASTRO, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2001. Disponível em: <D:\MyDocuments\ald_aulas\1_MBE\MBE_3_Principais Desenhos\RevisãoSistemática\ atg_meta_ analises_3.doc>. Acesso em: 09 dez. 2016.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Understanding Teen Dating Violence**. Estados Unidos, Atlanta, 2016.
- CECCHETTO, F. et al. Violências percebidas por homens adolescentes na interação afetivo-sexual em dez cidades brasileiras. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 59, p. 853-864, 2016.
- DINIZ, G. R. S.; ALVES, C. O. Gênero e violência no namoro. In: MURTA, S. G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; DINIZ, G. R. S (Org.). **Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia**. Curitiba: Appris, 2015.
- FERNÁNDEZ-FUERTES, A. A.; ORGAZ-BAZ, M. B.; LIMA-SILVA, M. de. Agresiones en el noviazgo: um estudio com adolescentes de Heredia (Costa Rica). **Revista Eletrônica Educare (Educare Electronic Journal)**, v. 19, n. 3, p. 1-27, 2015.
- FERNÁNDEZ-FUERTES. A, A.; ORGAZ, B.; FUERTES, A. Características del comportamiento agresivo en las parejas adolescentes españoles. **Behavioral Psychology/Psicología Conductual**, p. 501-522, 2011.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.
- GARCÍA, E. S.; FARRÉ, A. F. Estudio sobre la identificación y vivencia de violencia en parejas adolescentes. **Apuntes de Psicología**, v. 28, n. 3, p. 349-366, 2010.
- GÓMEZ, M. C. S.; GARCÍA, A. V. M. Indicadores de violencia de género en las relaciones amorosas: estudio de caso en adolescentes chilenos. **Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria**, p. 85-109, 2015.
- LAZAREVICH, I. et al. Violencia en el noviazgo y salud mental en estudiantes universitarios mexicanos. **Global Health Promotion**, v. 20, n. 3, p. 94-103, 2013.

MATOS, M. et al. Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 8, n.1, p. 55-75, 2006.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. **Amor e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MOYEDA, I. X. G.; VELASCO, A. S.; OJEDA, F. J. R. Relaciones entre estilos de amor y violencia en adolescentes. **Psicología Desde El Caribe**, v. 30, n. 2, p. 211-235, 2013.

MURTA, S. G.; MOORE, R. A. et al. Efeitos de um Programa de Prevenção à Violência no Namoro. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 2, p. 381-393, 2016.

MURTA, S. G.; SANTOS, B. R. P. et al. Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidades de vida em adolescentes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 263-288, 2013.

OLIVEIRA, Q. B. M. et al. O namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 707-718, 2014.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Prevenindo a violência juvenil**: um panorama das evidências. São Paulo, 2016.

RUIZ, M. A. B. Implicaciones del uso de las redes sociales en el aumento de la violencia de género en adolescentes. **Comunicación y Medios**, n. 30, p. 124-141, 2014.

SOARES, J. S. F.; LOPES, M. J. M.; NJAINE, K. Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes do Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: busca de ajuda e rede de apoio. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 1121-1130, 2013.

WOLF, D. A.; CROOKS, C. V.; HUGHES, R. La cuarta R: Un programa escolar de prevención de la violencia en las relaciones de pareja y la adolescencia. **Psychosocial Intervention**, v. 20, n. 2, p. 193-200, 2011.

RESUMO

A violência no namoro é considerada um problema de saúde pública e refere-se à violência física, sexual, psicológica ou emocional, como também à perseguição, em um relacionamento amoroso. O presente artigo objetiva analisar a produção científica sobre a violência no namoro entre adolescentes nos idiomas português e espanhol no período que compreende os anos de 2006 a 2016 por meio de uma revisão sistemática da literatura especializada. Conclui-se que a temática ainda é pouco estudada no cenário científico brasileiro, além de apresentar aspectos que diferem da violência contra a mulher, por parceiro íntimo. Diante disso, sugere-se a realização de novos estudos de modo a contribuir com o aprofundamento e amplitude da temática em questão.

Palavras-chave: violência no namoro, adolescência, gênero.

DATA DE RECEBIMENTO: 22/05/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 17/01/2018



Thais Afonso Andrade

Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre as Juventudes (NEPEJ/UNICAP), Brasil.

E-mail: t.afonsoandrade@yahoo.com



Albenise de Oliveira Lima

Doutora em Saúde e Família pela Universidade de Deusto, Espanha. Professora da graduação em Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Membro fundadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre as Juventudes (NEPEJ/UNICAP), Brasil.

E-mail: albenise@unicap.br



IMAGEM: Pxhere

As principais violações de direitos de crianças e adolescentes em Heliópolis - São Paulo/Brasil¹

Adriana Rodrigues Domingues

Adriana Fernandes Lellis Pereira

Ana Carolina de Oliveira

Cristina Gonçalves de Abrantes

Tiago Henrique Cardoso

Vanessa Alice de Moura

¹ A elaboração deste artigo contou com a colaboração de Carolina Barbosa Gobetti, Fernanda Hermes da Fonseca, Flávia Puerto de Freitas, Gabriela Schroeder Ribeiro, Juliana Guilherme Leonel e Letícia Lima de Araújo Biscioni.

Introdução

Localizada no distrito de Sacomã, na Zona Sul da cidade de São Paulo (SP) - Brasil, a comunidade de Heliópolis, desde sua ocupação, em 1971, até os dias atuais, empreende uma luta pela transformação da situação inicial de favelização e pela conquista e garantia dos direitos sociais. Essa luta se iniciou quando os moradores foram retirados de suas ocupações nas áreas da Vila Prudente e Vergueiro (bairros circunvizinhos) e remanejados para um alojamento provisório no terreno do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). A situação provisória só foi resolvida 20 anos depois, com a conquista da posse da terra e regularização das moradias. Atualmente, através de várias mobilizações da comunidade, a infraestrutura do bairro Heliópolis já passou e continua passando por grandes modificações, como o fornecimento de energia elétrica, água, transporte público, vias pavimentadas, saneamento básico e serviços socioassistenciais.

Instalada em uma área de 1 milhão de m² da capital paulista, a região possui moradias diversificadas, como barracos, palafitas, casas de alvenaria e prédios de habitação popular, formando uma das maiores favelas do Estado de São Paulo. Com uma parcela de 92% formada por moradores que migraram da região Nordeste do país, segundo dados do IBGE, Heliópolis possui um número significativo de famílias que vivem da economia informal e são lideradas por mulheres (Soares, 2010).

Neste artigo, analisamos as principais violações de direitos das crianças e adolescentes que vivem nessa região. O objetivo deste estudo foi compreender de que forma elas têm sido atingidas pelos processos de exclusão social e violação dos direitos sociais básicos. Enfatizamos, como objetivos específicos, as violações que se referem ao direito à saúde e à convivência comunitária e buscamos compreender as situações mais comuns em que são encaminhadas aos serviços da região, bem como os principais agentes violadores destes direitos.

Utilizamos como material de apoio o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069, em 13 de Julho de 1990, que regulamenta e detalha os direitos das crianças e dos adolescentes já previstos pela Constituição Federal de 1988. O ECA compreende a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e garante, por meio da concepção de proteção integral, suporte essencial para seu pleno desenvolvimento (Brasil, 1990). Essa proteção assegurada traduz-se em todas as oportunidades e facilidades oferecidas, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A pesquisa centrou-se em dois grandes eixos: Direito à Vida e à Saúde e Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, considerando-se que neles estão presentes os direitos básicos *sine qua non* as crianças e adolescentes dificilmente desfrutarão de um desenvolvimento humano e um convívio familiar e social adequados. No primeiro eixo, são descritos os direitos essenciais à manutenção da vida e compreendem todos os aspectos referentes à saúde da criança e do adolescente desde seu nascimento (Brasil, 1990). As principais violações desses direitos estão relacionadas às doenças, às necessidades especiais e aos óbitos causados por precariedades no atendimento pré e perinatal e no sistema de vacinação; aos portadores de necessidades especiais com atendimento de saúde deficiente; às doenças decorrentes de habitação e saneamento básico precários; à mortalidade e desnutrição infantil; ao alcoolismo e à drogadição; à mortalidade infanto-juvenil por causas externas; às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS; à gravidez e paternidade precoces; e à mortalidade infanto-juvenil por causas externas (sobretudo homicídios) (Ribas Junior, 2011).

O segundo eixo do ECA prevê o direito à liberdade, respeito e dignidade à criança e ao adolescente por considerá-los pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos civis, humanos e sociais

garantidos pela Constituição Federal (Brasil, 1990). As principais formas de violação desses direitos são: aliciamento de crianças e adolescentes para atividades ilícitas ou impróprias; submissão em instituições do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) a práticas incompatíveis com as determinações do ECA; abuso e exploração sexual; tráfico de crianças e adolescentes; violência doméstica; crianças e adolescentes autores de ato infracional; e utilização de crianças e adolescentes na mendicância (Ribas Junior, 2011).

Para a compreensão desses aspectos, adotamos a Psicologia Sócio-Histórica como base epistemológica da pesquisa, uma vez que ela propõe uma concepção de sujeito como ser ativo, social e histórico e utiliza-se do método dialético para a compreensão da relação do homem com a sociedade, de forma que esta seja reconhecida como produção histórica dos homens, os quais, através do trabalho, produzem a sua vida material. Ao contrário de outras perspectivas, para a Psicologia Sócio-Histórica, o fenômeno psicológico não pertence à Natureza Humana, tampouco é preexistente ao sujeito, mas reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens. Dessa forma, o fenômeno psicológico é um fenômeno social, já que subjetividade e objetividade são instâncias intercambiáveis — são dois aspectos do mesmo movimento que se dirige ao processo no qual o sujeito atua e modifica a realidade, e esta, por sua vez, oferece as propriedades para a sua constituição psicológica (Bock, 2001). Essas postulações são favoráveis à análise da interação do homem com as instituições sociais e permitem uma ampla percepção de fenômenos como a exclusão, a vulnerabilidade social, os movimentos sociais e suas formas de resistências.

De acordo com Katzman (1999), as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência, por parte dos indivíduos ou das famílias, de dispositivos capazes de enfrentar determinadas situações de risco. Logo, a vulnerabilidade refere-se à capacidade de controle das forças que afetam o bem-estar de determinado indivíduo ou grupo. Os aspectos que produzem a condição de vulnerabilidade são, no entanto, socialmente construídos e, quando são interiorizados pelo indivíduo, geram muito sofrimento. Esse sofrimento, de acordo com Sawaia (2001), nasce frente às injustiças sociais e se estende além da preocupação com a sobrevivência. É o sofrimento ético-político que surge à medida que, com a negação da emoção e da afetividade, a pessoa é privada de sua condição humana.

A comunidade de Heliópolis, por meio de suas lutas sociais, busca minimizar esses impactos, desconstruindo preconceitos e estereótipos, promovendo discussões, realizando projetos e programas sociais. No entanto, mesmo com a consolidação de políticas públicas voltadas para diferentes áreas sociais, a comunidade ainda hoje convive com a ausência de políticas efetivas para a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes que ali vivem. Esta pesquisa não só dá visibilidade às situações de exclusão social que produzem violações de direitos, mas também aos desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na garantia desses mesmos direitos.

Método

Esta pesquisa apresentou um caráter exploratório, pois, para aumentar a familiaridade dos pesquisadores com o funcionamento da rede de serviços socioassistenciais, foi preciso conversar com seus líderes comunitários e com os profissionais que trabalhavam no atendimento direto às crianças e adolescentes da região. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com perguntas que abordavam as formas de violação de direitos das crianças e adolescentes, principalmente aquelas relacionadas ao direito à vida, saúde, alimentação, respeito, liberdade e dignidade. Abordou-se, também, a forma como as crianças e adolescentes eram encaminhadas ao serviço e como lidavam com cada situação. Participaram do estudo quatro colaboradores que atuam nos seguintes serviços: medidas socioeducativas (MSE); núcleo de projeto jurídica (NPJ); conselho tutelar (CT); e unidade básica de saúde (UBS).

A análise dos relatos permitiu o conhecimento a respeito dos problemas mais recorrentes sobre a violação de direitos nessa região, conforme se apresenta a seguir.

Marcas da vulnerabilidade social

As profundas situações de miséria na realidade brasileira nos fazem refletir sobre seus impactos nas políticas de atendimento às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade (Gomes, 2005). Segundo dados do Panorama Geosocioeconômico (Matriz, 2014), 10,6% da população do Sudeste do Brasil ainda vive em situação de pobreza, com renda per capita entre 25% e 50% do salário mínimo, e 0,6% da população não possui acesso a esgotamento sanitário.

Nesse cenário, a moradia é a representação de um espaço de privação, instabilidade e padecimento dos laços afetivos íntimos. Essa questão foi levantada em duas das entrevistas como um grave problema em relação ao direito à saúde: “[...] a habitação, sempre muito precária. Então, é um cômodo ‘desse’ tamanho p’ra 10 pessoas. Moram em becos, em vielas, condições de higiene horrorosas, tanto do ambiente quanto físico”. As condições precárias da habitação podem agravar problemas de saúde: “[...] o menino está ficando doente direto porque a família mora com problema de esgoto, não tem alimentação, não tem uma renda...” (profissional entrevistado na UBS).

Políticas como o Bolsa Família surgem como tentativa de suprir as carências emergentes, mas não promovem uma resolução efetiva de tal condição. No entanto, o representante do MSE concorda que programas de transferência de renda auxiliam inúmeras pessoas em vulnerabilidade social, principalmente em casos de divórcios e novos membros agregados. O profissional do NPJ também confirmou o fato de que a maioria das crianças está na escola, principalmente pela contratualidade do programa.

Pode-se entender, dessa forma, que a educação tem o desafio de interromper a perpetuação do ciclo de pobreza entre as gerações. A redução do número de alunos evadidos do ciclo básico de ensino não significa necessariamente que esses se formem com alto nível de aprendizagem. As considerações do profissional faz refletir sobre as afirmativas de Marques et al (2007), para quem a sociedade brasileira vem terceirizando seus eventuais fracassos na educação, negando-se a assumir seu papel no que diz respeito ao ensino público de educação básica. Também corroboram os dados encontrados na pesquisa de Fonseca et al (2013), cujos resultados, pautados em recentes publicações, revelaram que as crianças e adolescentes são vulneráveis às situações ambientais e sociais, e estas se manifestam em diversas formas de violência cotidiana, tanto no contexto familiar quanto escolar, obrigando crianças e adolescentes a se inserir precocemente no mercado de trabalho e/ou no tráfico de drogas.

Direito à Vida e à Saúde

O ECA estabelece os direitos relativos ao cuidado integral a todas as crianças e adolescentes (Artigo 14º) (Brasil, 1990), porém, ao analisar os dados das entrevistas, verifica-se que muitas questões relacionadas à saúde pública são apontadas como problemas que apresentam grande incidência no bairro de Heliópolis. O envolvimento de crianças e adolescentes com o alcoolismo e a drogadição, bem como os casos de gravidez e paternidade precoces, foram mencionados em todas as entrevistas. Outras violações, também consideradas por alguns entrevistados como importantes, foram as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a falta de serviços de prevenção.

O uso de substâncias psicoativas apareceu como uma das principais violações de direito, na concepção do profissional da UBS:

[...] tem muito alcoolismo, muita drogadição. Nos jovens em geral. No contexto geral, eles estão tendo um contato muito cedo com o álcool e com as drogas. [...] Em quase todas as famílias tem caso de álcool e drogas, quase todas as famílias. Mãe e pai que bebem que ou fazem uso de drogas, que moram em situação precária, né?

Outra questão bastante mencionada nas entrevistas refere-se à gravidez precoce de adolescentes. Na maioria das entrevistas, essa questão foi avaliada pelos entrevistados como sendo a primeira ou segunda violação do direito à saúde mais recorrente na região. Para um dos profissionais entrevistados, essa questão é complexa e não envolve necessariamente uma violação de direitos: “Adolescente grávida chega bastante, muita jovem fazendo teste de gravidez, então elas ficam no pancadão e aí vem na segunda querendo saber se... seria uma violação de direito?”.

Pode-se ressaltar também a importância de compreender em que medida a própria jovem e sua família consideram sua condição como uma violação de direitos. De acordo com a entrevista realizada no NPJ, muitas das adolescentes que chegam grávidas procuram o serviço por outros fatores considerados por elas como mais urgentes. O direito de proteção à vida e à saúde é indispensável, pois garante o nascimento sadio e as condições dignas de desenvolvimento que devem ser oferecidas pelas políticas públicas, promovendo o desenvolvimento adequado da criança (Brasil, 1990).

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Os artigos 15º a 18º do ECA preveem que sejam assegurados à criança e ao adolescente os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade (Brasil, 1990). A partir dos relatos coletados, foi verificado que as principais violações referentes a esses artigos foram: negligência; abuso sexual; drogadição dos pais; violência e abuso de poder da polícia.

De acordo com o profissional do NPJ, os pais saem para trabalhar e deixam as crianças na rua e, conseqüentemente, estas têm o contato facilitado com a droga e com a violência. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a negligência familiar ocorre quando há uma falha em prover os cuidados básicos para o desenvolvimento adequado da criança e do adolescente. Devido à condição socioeconômica desfavorável das famílias de Heliópolis, em alguns casos, ocorre a ausência de cuidados físicos, emocionais e sociais, conforme o relato:

Já chegou para passar em consulta na AMA (Assistência Médica Ambulatorial), não aqui na unidade, uma menininha de 10 anos com um bebezinho de um ano. [...] a gente entrou em contato com essa mãe, chamamos ela aqui. Explicamos que ela poderia até perder a guarda dessas crianças, porque, eu falei: ‘se fosse um policial que encontrasse, não ia ter essa sensibilidade que a gente teve em te chamar’. Aí ela não veio porque ela disse que tem mais duas [crianças], e os outros dois são menores ainda, são gêmeos. Então é assim, a pessoa tem a vida bem complicada (profissional da UBS).

O profissional do NPJ ressaltou a gravidade da violência doméstica na região, pois as vítimas geralmente não aderem ao atendimento da equipe. O entrevistado do conselho tutelar, por sua vez, relatou um caso que demonstra essa situação:

Na verdade, eu tive, acho, dois casos com problema de reincidência, porque a mãe também sofria maus tratos, cárcere privado, tortura. Só que ela não ‘tava lá na hora, a gente pegou a residência, conseguimos, acho, que resgatar três crianças. Duas crianças ‘tava mantida num quarto, sem alimento, sem nada, presa. Um menino tava todo marcado, foi chicoteado, e nós fizemos essa ação. Tiramos os filhos desse lugar, tiramos a criança que ‘tava na escola, encaminhamos p’ra avó e informamos o juiz que essa criança não deveria voltar com a mãe.

No que diz respeito à drogadição dos pais, segundo a OMS, a ingestão de bebidas alcoólicas e a utilização de drogas potencializam os atos violentos contra crianças e adolescentes, principalmente no contexto familiar. Para o entrevistado do NPJ, os casais que fazem uso de drogas estão entre os principais violadores dos direitos da criança e do adolescente.

O direito à liberdade é amplo e compreende, além do direito de ir e vir, a liberdade de opinião e expressão, crença e culto religioso, brincar e divertir-se, participar da vida familiar, comunitária, política e de buscar refúgio, auxílio e orientação (Muller, 2011). O direito ao respeito é exposto no ECA como forma de garantir a “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente” (Brasil, 1990) e, dessa forma, responsabilizam-se todos pelo zelo da plena liberdade de expressão e desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes.

Principais agentes violadores

Das 168.690 denúncias feitas à Secretaria de Direitos Humanos, em 2012, por meio do “Disque 100”, cerca de 77,1% (130.029) são relacionadas às violações de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Segundo o ECA (Brasil, 1990), existem quatro tipos de violadores: os pais ou responsável (familiares e pessoas que convivem com a família do sujeito que sofreu a violação); Estado; sociedade; e a própria criança ou adolescente.

Nas entrevistas efetuadas, percebeu-se que ainda prevalece uma responsabilização da família pela situação da criança. Embora o ECA tenha realizado uma mudança no paradigma legislativo de família, ainda não está garantida totalmente a modificação da ideologia que perpassa a família pobre, dando a ela uma nova categorização: família negligente (Cruz; Guareschi, 2008). Essa ideia está presente na seguinte fala:

A raiz do problema, na verdade, eu acho que ‘tá na falta de estrutura familiar dessas pessoas, porque família é quem a gente ama, né? Mas muitas vezes, eles não têm esse amor. Cria o filho de qualquer jeito, também são mães e pais que também foram criados de qualquer jeito, então valoriza muito bem material. Mora num barraco caindo aos pedaços, mas tem um iPad, um iPhone (UBS).

A partir da intervenção do Estado, a família é responsabilizada por ser considerada “fonte privada de bem-estar social” e, não sendo capaz de cumprir com esse modelo idealizado, é colocada na condição de “desestruturada”, “desintegrada” ou “desorganizada” (Cruz; Guareschi, 2008).

Esses estereótipos também emergem das entrevistas realizadas: “Porém, a maioria dos problemas que o conselho tutelar pega é com mães. Acredito que seja porque a mãe acaba ficando mais tempo com a criança ou geralmente ela é separada do pai (Conselho Tutelar)”; “Aqui tem muita EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), muita ONG (Organização Não-Governamental), CCA (Centro para Criança e Adolescente), tem muito, mas não dá conta, porque a raiz do problema ‘tá lá no núcleo familiar, na minha opinião, entendeu? (UBS)”.

A reflexão proposta não busca eximir a família da responsabilidade pela violação dos direitos da criança e do adolescente, pois ela é o principal agente de socialização, desempenha um papel decisivo na educação e é no seu espaço que os valores também são transmitidos. O perigo da culpabilização da família é o fato de tal culpabilização poder omitir o desrespeito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, uma vez que uma família sem recursos, isto é, enquadrada numa categoria de risco social, não consegue suprir as necessidades de seus membros, visto que possui os próprios direitos violados (Melo, 2012). Pode-se afirmar que existe, por parte do Estado, um excesso de valorização moral em relação à família, favorecendo a construção histórica da ideia de família como local de realização e felicidade (Sequeira, 2007). É importante uma reflexão ética em que se coloque, no âmbito da discussão, a influência da sociedade e das políticas públicas no espaço familiar.

Neste sentido, deve-se também considerar o Estado como sendo um agente violador dos direitos sociais, já que cabe a ele assegurar os direitos à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade. Em relação aos menores de 18 anos, as reivindicações deram-se no sentido de impedir os abusos da intervenção do Estado, os quais eram notórios durante o período em que a proteção do menor era feita pelo trabalho da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor). Sierra e Mesquita (2006) destacam, como risco à promoção do bem-estar e dos direitos sociais, aqueles relacionados à forma de repressão policial, às atividades do tráfico de drogas e à violência urbana. De acordo com o profissional da MSE, o Estado, por meio da Polícia Militar, ainda é um grande violador, pois é frequente o abuso de poder dos policiais na comunidade.

O abuso do poder policial se torna mais evidente ao falarmos dos jovens negros que moram nas periferias. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2013, ressalta-se que “a preocupação com a criminalidade infanto-juvenil funciona, na realidade, mais como um instrumento de marginalização da população pobre do que uma ampliação e um reconhecimento dos direitos civis dos jovens” (Lima; Bueno, 2013, s/d).

Rede de proteção social

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) foi concebido pelo ECA e formalizado em 2006. Consiste em uma rede de ações organizadas, articuladas e interligadas de profissionais e instituições que visam à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Para construí-lo, foi necessário articular ações conjuntas envolvendo Estado, comunidade e família.

O funcionamento dessa rede de proteção na região de Heliópolis foi descrito pelo funcionário do Conselho Tutelar como burocrático, exigindo grande esforço da equipe para que a criança seja atendida por outros equipamentos o mais breve possível. A psicóloga da MSE classifica a rede como mal articulada, muito embora os profissionais tentem fazê-la funcionar “da melhor forma possível”. Ela se queixa de que os funcionários cultivam a concepção de que trabalhar em rede resume-se ao ato de realizar o encaminhamento para outra equipe, sendo que o mais

eficaz, segundo ela, seria manter uma discussão coletiva sobre o caso. O canal de serviço mais utilizado pelo NPJ, pelo qual chegam crianças e adolescentes encaminhados, é o conselho tutelar, porém, geralmente não se sabe as medidas que já foram tomadas por este serviço.

As características apontadas pelos funcionários da MSE, NPJ e conselho tutelar refletem uma rede que não consegue romper as barreiras burocráticas para promover o diálogo entre seus serviços. Tal dinâmica suscita o isolamento do equipamento, o que contrapõe os objetivos de uma rede comunitária que conta, entre outros fatores, com a interação constante entre seus membros e a multidimensionalidade da intervenção (Montero, 2003). É importante assinalar que a demanda de crianças e adolescentes por profissionais da rede de proteção social é muito alta, fato que justifica a saturação de certos equipamentos que não conseguem dar continuidade ao atendimento da família.

A busca por políticas sociais de estruturas menos verticalizadas pode assegurar que crianças e adolescentes recebam atendimento integral, conforme previsto no ECA. O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e Adolescente preza pelo trabalho progressivo e em rede, facilitando a articulação entre os conselhos de saúde, tutelares, assistência social, saúde e educação, criando e fortalecendo as relações democráticas, éticas e horizontais (CONANDA, 2006).

A UBS que atua na região, segundo o profissional entrevistado deste local, mantém relação com vários outros serviços públicos e realiza parceria com instituições da comunidade local, como igrejas, escolas e ONGs. Trata-se de um trabalho que ocorre de forma multilateral.

Outro exemplo similar é o fórum mensal, que reúne profissionais dos serviços de educação, saúde e assistência social de Heliópolis e região com a finalidade de discutir a situação das crianças e adolescentes que são atendidos nesses equipamentos. Os pesquisadores tiveram a oportunidade de participar de um encontro deste fórum, cujo tema discutido, na ocasião, foi “educação infantil”. Ainda que estejam em um contexto institucional, essas características correspondem a um tipo misto de rede que Montero (2003) classifica como “estruturada”, mas ao mesmo tempo “espontânea”, pois sua organização possui uma estrutura formal e flexível, contando com dispositivos oficiais, mas também com comunicações informais, fora do círculo do serviço público. Essa dinâmica favorece o processo de socialização e de informação e garante o aproveitamento de recursos materiais e humanos disponíveis dentro e fora da rede de proteção.

Apesar da boa articulação entre os equipamentos da rede descrita pelo profissional da UBS, a falta de serviços para alguns encaminhamentos específicos na região do Heliópolis é destacada como um dos problemas enfrentados. A função da rede é articular pessoas e grupos e ajudar atores e agentes sociais a potencializar iniciativas que desenvolvam a criança, o adolescente e as famílias nas políticas de proteção. Além disso, a presença de organizações sociais como as igrejas (mencionadas na entrevista) e escolas aumenta a confiança e a sensação de proteção social. A proteção integral prevista no ECA propõe uma ação pública que garanta a eficácia desta através de relações, conexões e articulações entre os vários serviços socioassistenciais.

Considerações Finais

Por meio deste trabalho, foi possível analisar o relato de profissionais que atendem às crianças e adolescentes da região de Heliópolis em relação às principais violações de direitos percebidas no cotidiano dos serviços. A vulnerabilidade social é o pano de fundo de todas as diferentes formas de violação relatadas pelos entrevistados. Evidencia-se, assim, a urgência

de ações e estratégias políticas que visem a suprir as necessidades materiais e simbólicas das crianças e adolescentes que ali vivem, por meio da ampliação, integração e melhoria da rede de atendimento. A articulação, organização e interligação entre os profissionais e instituições mostram-se de extrema importância para a atuação eficaz do sistema de garantia de direitos, assim com a ampliação da oferta de políticas públicas em áreas com maior número de casos de violação de direitos.

Diante da suposta necessidade de encontrar os principais agentes violadores, corre-se o risco de individualizar o problema e, por consequência, produzir o juízo de criminalização da família pobre e isenção de responsabilidade do Estado, ou vice-versa (Nascimento; Lacaz; Travassos, 2010). Essa situação envolve a participação de múltiplos agentes, dentre os quais, comumente, a população é concebida como objeto de discurso sobre o direito e não como sujeito de direitos no âmbito prático. É importante ressaltar que a Psicologia muitas vezes se presta, por meio de seu discurso científico, a afirmar essa lógica, ilustrada pela ideia de “família desestruturada” (Sequeira, 2007). Essa ideologia, por sua vez, contribui com a manutenção do *status quo* por não questionar a construção dos lugares socialmente instituídos e por esconder os conflitos sociais intrinsecamente relacionados ao cumprimento, ou não, dos direitos constitucionais.

Uma das funções da pesquisa é o questionamento da realidade, pois, tal como ela é dada, favorece-se a hegemonia contra a emancipação de determinados grupos sociais (Chauí; Santos, 2013). Dessa forma, este trabalho propõe o questionamento da função dos serviços socioassistenciais, como as medidas socioeducativas, e suas implicações na discussão sobre a redução da maioria penal. Considerando que as crianças e o adolescentes são objetos desses serviços e dessa discussão, esta pesquisa suscita o questionamento acerca da relação entre a violação de direitos e a incidência de infrações cometidas pelos adolescentes. Diminuir a maioria penal coloca o Estado, a família e a sociedade na admissão de sua incompetência em assegurar a esses indivíduos os direitos básicos preconizados por nossa Constituição e pelo ECA e instrumentaliza, dessa forma, a marginalização e a criminalização da pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOCK, A.M.B. **A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
- CHAUÍ, M.; SANTOS, B.S. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.
- CONANDA. **Resolução nº 112, de 27 de março de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em <<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-112.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2015.
- CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A trajetória das políticas públicas direcionadas à infância: paralelos com o presente. **Mnemosine**, v. 4, n. 1, 2008.
- FONSECA, F.F. et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v.31, n.2, p. 258-264, jun., 2013.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

KATZMAN, R. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

MARQUES, E.P.; PELICIONI, M. C. F.; PEREIRA, I. M.T.B. Educação Pública: falta de prioridade do poder público ou desinteresse da sociedade?. **Revista Brasileira De Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, p. 8-20, 2007.

MATRIZ. **Panorama Geosocioeconômico do Brasil**: um retrato social da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://matriz.sipia.gov.br/panorama-socioecon%C3%B4mico>>. Acesso em 8 ago. 2014.

MELO, J.D.N. A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. **Memórias**: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe, n. 17, p. 102-134, 2012.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitária**: la tension entre comunidad y sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2003.

MULLER, C. M. Direitos Fundamentais: a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011.

NASCIMENTO, M. L.; LACAZ, A. S.; TRAVASSOS, M. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. **Aletheia**, n. 31, p. 16-25, 2010.

RIBAS JUNIOR, F. (Org.). **Conhecer para transformar**: guia para diagnóstico e planejamento da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011.

SAWAIA, B. 6. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001, p. 97-118.

SEQUEIRA, V. C. Família: uma crítica ao discurso técnico sobre a família desestruturada. In: FARINA, A.A.S. et al. **Introdução à psicologia do cotidiano**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (SIPIA). Estatística de violações por direito violado, 2013. Disponível em: <<http://cadastroconselhos.sdh.gov.br/>>. Acesso em: 06 de mar. de 2015.

SOARES, C. C. **Heliópolis, práticas educativas na paisagem**. 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Resumo

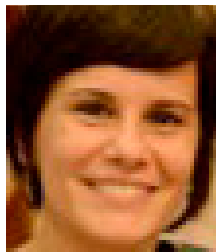
A vulnerabilidade social impede o pleno desenvolvimento das comunidades e de seus moradores, produzindo um cenário cercado de variadas formas de violação de direitos. A presente pesquisa teve o objetivo de evidenciar as principais violações de direitos que acometem a vida de crianças e adolescentes residentes no bairro de Heliópolis, cidade de São

Paulo, Brasil. Foram realizadas entrevistas com representantes dos serviços locais, voltados à defesa e garantia do direito à saúde, liberdade, respeito e dignidade, conforme previstos no ECA. Identificaram-se violações relacionadas à falta de políticas públicas, evasão escolar, falhas na rede socioassistencial, dificuldade financeira familiar, gravidez precoce, saneamento básico inadequado, negligência, drogadição dos pais e adolescentes, abuso sexual, violência policial. Verificou-se que a complexidade do tema é atravessada por questões que dependem do Estado, da sociedade, da comunidade e da família e, por isso, afirma-se a necessidade de ampliação, integração e melhoria da rede de atendimento.

Palavras-chave: crianças; adolescentes; direitos humanos; vulnerabilidade social.

DATA DE RECEBIMENTO: 02/10/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 15/01/2018



Adriana Rodrigues Domingues

Graduada em Psicologia pela Unesp e doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é docente no curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.

Email: adriana.domingues@mackenzie.br



Adriana Fernandes Lellis Pereira

Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente, atua no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), em Jacareí, e realiza oficinas de redução de danos nas cenas de uso de drogas em São Paulo, Brasil.

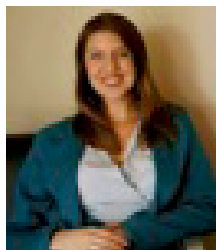
Email: adriana.ellis@outlook.com



Ana Carolina De Oliveira

Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduada em Psicologia Hospitalar e da Saúde pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Brasil.

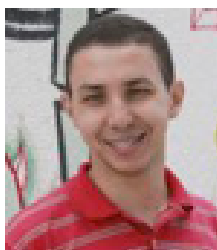
Email: anacao.oliveira@gmail.com



Cristina Gonçalves de Abrantes

Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil. Atua como psicoterapeuta e neuroeducadora, com pesquisas voltadas à clínica contemporânea e psicologia social.

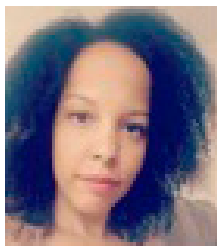
Email: cristinadeabrantes@gmail.com



Tiago Henrique Cardoso

Graduado em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.

Email: cardosotiagohenrique@gmail.com



Vanessa Alice de Moura

Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.

Email: vanessa.alice.moura@outlook.com



IMAGEM: Pxhere

Adolescência e Saúde Sexual e Reprodutiva no Chile

ENTREVISTA DE Simone Peres
COM Electra González

- Simone Peres** Você poderia contar um pouco de sua formação e sobre como chegou a esta área da saúde sexual e reprodutiva?
- Electra González** Minha chegada à área da saúde sexual e reprodutiva foi bastante fortuita. Eu concorri a um cargo de Assistente Social para integrar uma equipe com gineco-obstetras e parteiras em um projeto-piloto pioneiro de atenção para adolescentes grávidas, gerido no Departamento de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital Clínico da Universidade do Chile, o qual era liderado pelo Dr. Ramiro Molina. Eu vinha da atenção primária, sem nenhuma formação nem em adolescência nem em saúde sexual e reprodutiva, temáticas totalmente invisíveis nos anos 80, no Chile. Isso obrigou-me a autoformar-me inicialmente e depois, de maneira mais formal, fiz uma pós-graduação na Universidade de Exeter, Inglaterra, depois em CEDES, em Buenos Aires, e também no Colégio de México, no México. Além de participar de diversos encontros e congressos tanto nacionais quanto internacionais que abordavam essas temáticas.
- Simone Peres** Em um trabalho recente de sua autoria, você analisa o “Embarazo repetido en la adolescencia en la realidad chilena”. Você pode falar um pouco sobre esse problema da gravidez recorrente entre adolescentes?
- Electra González** A gravidez repetida ou reiterada na adolescência é uma temática ainda não resolvida no Chile e um desafio para as políticas públicas de saúde na adolescência. Durante os últimos anos, estamos muito preocupados em reduzir a gravidez das adolescentes. Mas não temos colocado ênfase em determinantes sociais que causam a primeira gravidez e que continuam presentes na vida dos adolescentes. Considerando que essas adolescentes já passaram pelo sistema de saúde, tiveram oportunidades de fazer controles, tiveram contato com a assessoria em métodos anticoncepcionais, é importante analisar em que aspectos as políticas estão falhando.
- São múltiplos fatores, sem dúvida, entre os quais podemos citar: quanto menor a idade em que foi mãe na primeira vez, maior a probabilidade de que volte a engravidar, devido ao fato de que estaria mais tempo exposta ao risco de atividade sexual; baixa autoestima; consumo de drogas; histórico de mau desempenho escolar, que, ao mesmo tempo, não motivaria a seguir no sistema escolar; baixas aspirações futuras; assumir que uma fase da vida termina e começa com a chegada do primeiro filho; conviver ou casar com o progenitor do filho aumenta as probabilidades de voltar a engravidar.
- Além disto, tem grande importância o fato de não usar ou usar de modo irregular os métodos anticoncepcionais no pós-parto, pois o acesso a serviços anticoncepcionais em si mesmo não diminui as taxas de gravidez na adolescência se isso não é combinado com o reforço de metas educacionais claras e um apoio no cuidado com os filhos. Esse último pode ser feito pela escola, pela família ou pelos programas especiais. Estou ciente de que esta é uma tarefa complexa que significa investir um montante de recursos financeiros e profissionais. O que até agora não parece ser uma prioridade, sobretudo em países em desenvolvimento, onde, sem dúvidas, ainda há prioridades mais urgentes para resolver.
- Por isso é que, se os recursos são escassos, deveríamos investi-los mais na prevenção da primeira gravidez. De um lado, implementando programas de educação sexual integral nas primeiras etapas do sistema escolar e através do período escolar todo, e, por outro lado, fortalecendo os serviços anticoncepcionais integrais, acessíveis e confidenciais voltados para adolescentes ativos sexualmente ou em prenúncio de sê-lo.
- Simone Peres** Qual o perfil das adolescentes, no Chile, que engravidam na faixa etária até os 18 anos? E dos jovens pais?

- Electra González** Historicamente, nas últimas décadas, perto de 40.000 nascimentos em mulheres de menos de 20 anos ocorrem em nosso país, o que representa entre 15 e 16% do total de nascimentos. Nos últimos anos, graças aos recentes esforços de políticas públicas sanitárias e educacionais, essa cifra está diminuindo, atingindo, em 2016, a cifra de 22.349 nascimentos em adolescentes. Esse número ainda é preocupante, sobretudo porque temos uma cifra de 850 nascimentos em mulheres de menos de 15 anos. A gravidez, parto e puerpério implicam maiores riscos na saúde tanto para a mãe como para o/a filho/a.
- A maternidade e a paternidade precoces põem em risco a inserção e a retenção escolar, o que levará à incorporação mais precária no mercado laboral. As mães adolescentes têm maior risco de sofrer influências e discriminação de gênero, estigma cultural ou permanecer presas nos papéis tradicionais. Se o progenitor do filho também é um adolescente, são menos maduros e contam com menos recursos e capacidades para enfrentar os desafios que implica a criação dos filhos. Também tendem a ser mais vulneráveis à violência, à coerção ou à influência negativa dos seus pares.
- No Chile, a maternidade adolescente está também marcada pelas desigualdades, por exemplo, as taxas de gravidez adolescente nos municípios pobres e na zona norte do país são maiores do que a taxa nacional.
- Simone Peres** Gostaria que você relacionasse a gravidez e a parentalidade na adolescência com a trajetória escolar e profissional de jovens oriundos das camadas populares e médias no Chile.
- Electra González** A maternidade continua sendo o principal motivo da deserção escolar em estudantes chilenas. Também é assim para o homem, mas em menor proporção, sobretudo, se esse abandona a escola para buscar emprego ou para assumir sua responsabilidade. Já sabemos que a menor escolaridade os deixa em maior desvantagem para concorrer a empregos qualificados e, por isso, mais bem remunerados. Embora seja verdade que têm sido destinados alguns recursos para a implementação de programas de retenção escolar, esses recursos são insuficientes e não permanentes.
- Simone Peres** Como você analisa a questão das doenças sexualmente transmissíveis (DST) na adolescência, no Chile?
- Electra González** De acordo com o último Relatório Nacional das DST, os adolescentes chilenos de 15 e 19 anos apresentam um dos maiores aumentos percentuais de adquiri-las através do tempo. A prevalência de gonorreia também tem aumentado nessa população. Essas cifras são muito preocupantes. Uma das tarefas pendentes que temos é melhorar as taxas de uso de preservativo, sobretudo na população adolescente. O uso do preservativo ainda está associado à prevenção da gravidez e não à prevenção de DST. Uma pesquisa recente no CEMERA mostrou que, embora a proteção de DST seja o segundo fator mais importante para as adolescentes na hora de escolher um método anticoncepcional, somente 18% delas o usava. De fato, assim que conseguem usar um anticoncepcional mais seguro, param de usar o preservativo. Talvez, sejam necessárias estratégias integrais intersetoriais mais centradas nos adolescentes para promover condições positivas para o uso do preservativo.
- Simone Peres** Estudos realizados mostram a necessidade de se equacionar a prevenção da gravidez e de DST a partir dos determinantes simbólicos, políticos e econômicos, principalmente quando se trata de jovens que vivem situações de grande vulnerabilidade social. Como você analisa isso?
- Electra González** Concordo absolutamente que temos de considerar os determinantes simbólicos, políticos e econômicos. Mas esses aspectos estão ainda longe de melhorar porque investir recursos em programas de desenvolvimento social não é o mais prioritário, estamos imersos em uma economia de mercado na qual a saúde e a educação são bens econômicos não rentáveis.

- Simone Peres** Qual a importância da educação sexual no contexto escolar para prevenir gravidez e DST?
- Electra González** No meu ponto de vista, a implementação de programas de Educação Sexual no nível escolar, tendo como objetivos a diminuição dos índices de gravidez adolescente e as doenças de transmissão sexual, deveria ser considerada como um aspecto fundamental para aqueles que tomam decisões em políticas públicas. Por parte dos estudantes, essa também é uma temática muito pertinente e necessária e, além disso, de acordo com pesquisas realizadas, isso geraria um alto nível de motivação que poucas temáticas conseguem alcançar no sistema escolar público no nosso país. Essas temáticas não podem ser abordadas em outras instâncias, como a família, por exemplo. Sinto que, como país, temos uma dívida pendente com nossas crianças.
- Embora tenha havido alguns avanços na implementação da educação sexual no sistema escolar, são ainda muito escassos, tardios e fragmentados. Pesquisas têm mostrado que, em nossas escolas municipais, a educação sexual ministrada é tardia, escassa e fragmentada. Mas, mesmo assim, conseguiu ter um impacto positivo, especialmente no esclarecimento sobre os métodos anticoncepcionais e sobre os riscos da atividade sexual não protegida, por conseguinte, maior seria o impacto se fossem implementados programas de educação sexual desde o início, acompanhando o longo período escolar. Em termos gerais, isso ajudaria a alcançar uma melhor qualidade de vida para os nossos educandos.
- Simone Peres** Um trabalho importante feito no Brasil sublinha o fato de a contracepção ainda ser tratada na saúde coletiva sob a perspectiva do conhecimento, do uso e do acesso aos métodos contraceptivos, ou seja, como uma questão técnica, individual e não propriamente cultural. Como você analisa essa questão e o aparente paradoxo entre a grande oferta de contraceptivos e a permanência de índices elevados de gravidez na adolescência?
- Electra González** Não basta entregar métodos anticoncepcionais às adolescentes, ou que esses apenas estejam disponíveis. Uma pesquisa prévia mostrou que os fatores que favorecem a continuidade do uso de anticoncepcionais em adolescentes eram: melhor rendimento escolar; mais altas aspirações acadêmicas; maior nível educacional do pai ou da mãe; maior escolaridade do parceiro; como os adolescentes percebem a eficácia do método: se ele protege contra DST; se ele não interfere nas relações sexuais, na satisfação do/da parceiro/a; sobre a longa duração do método e o conhecimento de pares que tiveram sucesso com o uso dos métodos. Esses aspectos deveriam ser considerados quando se implementam serviços anticoncepcionais para adolescentes. As estratégias deveriam ser intersetoriais e permanentes no tempo para alcançar mudanças.
- Simone Peres** Você poderia nos falar um pouco sobre a iniciação sexual e amorosa dos adolescentes no Chile? Podemos falar de um padrão predominante? Eles lançam mão da contracepção de emergência? Neste cenário, o aborto clandestino é buscado pelos adolescentes ou familiares?
- Electra González** Estamos observando uma maior liberação dos comportamentos das atitudes sexuais e isso se manifesta especialmente nos adolescentes no Chile e, embora se mantenham as diferenças entre os padrões de comportamento sexual tradicional, também há uma tendência à aproximação entre homens e mulheres nesses novos comportamentos. Isso ocorre especialmente na idade de início da atividade sexual que, em alguns contextos socioculturais, tende a se igualar para homens e mulheres.
- Entre os vínculos sexuais ocasionais, destaca-se a “amizade com favores”: um contexto em que as pessoas que mantêm uma amizade se envolvem em uma relação sexual, mas não em uma relação afetiva ou romântica. Ou seja, entende-se que a atividade sexual e o início

sexual ocorrem em outros contextos, como o sexo casual com um amigo, desconhecido ou alguém em uma relação ocasional, sobretudo, em ambientes de festa, sob os efeitos do álcool, tanto em homens como em mulheres. Nesses contextos, não é importante a fidelidade, são relacionamentos mais curtos, sem compromisso, sem proteção e, se a gravidez acontecer nesses contextos, as responsabilidades parentais se diluem, aparecendo maiores dificuldades para a criação dos filhos.

Na saúde pública, essa é uma temática preocupante porque a atividade sexual nesses contextos costuma se dar sem proteção, aumentando a probabilidade desses jovens se envolverem com mais parceiros/as sexuais, aumentando assim os riscos de adquirir qualquer tipo de DST.

Simone Peres

As regras morais e simbólicas do relacionamento afetivo-sexual entre adolescentes e jovens se alteraram muito nas últimas décadas. Como essas mudanças têm ocorrido no Chile?

Electra González

Mudanças importantes estão acontecendo neste contexto, embora os mitos do amor romântico, da passividade erótica feminina e do amor como motivo para o início da atividade sexual ainda sigam presentes em uma grande percentagem dos adolescentes. Um novo modelo está emergindo e é o da mulher moderna que integra a sexualidade, que deve ser sexy, ativa, liberal, que pode aproveitar sua sexualidade sem culpas, que não vê como meta da sua vida somente casar e ter família. A eleição de uma carreira é uma meta importante a ser atingida antes de pensar em formar uma família.

Simone Peres

Como você vê, no Chile, o problema de que tanto a responsabilização quanto a decisão acerca dos métodos anticoncepcionais e das consequências da gravidez não prevista recaiam sobre as mulheres?

Electra González

A responsabilidade e determinação acerca da anticoncepção e da decisão sobre a gravidez deveria ser algo dividido no relacionamento. Mas o peso ainda cai sobre a mulher porque é ela quem sofre diretamente as consequências da gravidez e o homem acaba liberado dessa responsabilidade. Quase a totalidade dos métodos anticoncepcionais é de uso da mulher, pouco esforço tem sido feito para desenvolver tecnologias anticoncepcionais para os homens. Recentemente, têm sido desenvolvidos alguns métodos anticoncepcionais para homens (gel, pílula) que ainda estão em fases de testes. Um meio de comunicação realizou uma enquete na rua com homens e muito poucos admitiram estar dispostos a usar tais métodos no caso de serem aprovados.

Simone Peres

A literatura sobre contracepção também se caracteriza por um enfoque quase exclusivo sobre as mulheres, como se gravidez e contracepção não implicassem também os homens. Como você trabalha esta questão? Como é visto, no Chile, o problema do aborto induzido/ clandestino e, em particular, a questão no que tange aos adolescentes e jovens?

Electra González

Tradicionalmente, os serviços de saúde e, em especial, reprodutivos, são voltados para a mulher, no Chile. Até agora, pouco tem-se avançado na incorporação da perspectiva de gênero nos serviços de saúde. A responsabilidade da decisão de uso de métodos anticoncepcionais está mais centrada na mulher e não tem sido incorporada pelo homem. Ela é quem engravida e sofre as consequências. Por conseguinte, ela é quem tem que se cuidar. Esse é um aspecto que estamos tentando mudar, sobretudo nas novas gerações, e que a decisão sobre o uso de métodos anticoncepcionais e a decisão sobre a gravidez, quando acontecem, sejam tomadas por ambos, tanto homens como mulheres.

Em relação ao aborto, essa opção estava totalmente proibida no Chile até o ano passado, mas atualmente está disponível somente diante de três motivos: risco de vida da mãe; inviabilidade fetal e gravidez produto de um estupro. Mas ainda não está implementada nos serviços de saúde. Por conseguinte, a opção que as mulheres tinham era recorrer ao aborto

clandestino, as que tinham os meios econômicos podiam recorrer a serviços provados de relativa maior segurança sanitária, mas as mulheres pobres somente podiam ter acesso a serviços clandestinos privados de péssimas condições sanitárias, o que as expunha a altíssimos riscos para sua saúde e, também, para sua vida. Inclusive, elas estavam expostas a abusos sexuais por parte dos prestadores, aos quais não podiam denunciar. E isso continuará acontecendo com as mulheres que querem acessar a possibilidade de aborto, mas que não cumprem aquelas três condições. As adolescentes têm ainda menos recursos para acessar a esses serviços. E podem estar mais expostas a pessoas inescrupulosas que lhes vendem medicamentos através das redes sociais.

- Simone Peres** Como você analisa as repercussões da paternidade e da maternidade ocorrida no período da adolescência para a trajetória biográfica de rapazes e moças? Por aqui, alguns estudos mostram que a aceitação da paternidade ajuda o jovem na consolidação da imagem de homem “maduro”, “responsável”, “adulto”. Para as mulheres, é também um evento importante em suas trajetórias biográficas. E no Chile?
- Electra González** Minha longa experiência em atenção e investigação na temática tem me permitido visualizar, pelo menos na população que atendemos, que a paternidade e a maternidade que acontece na adolescência definitivamente produz uma quebra na maioria das trajetórias biográficas de homens e mulheres, embora a maior intensidade dessa quebra seja produzida nas meninas. No entanto, essa quebra não é visualizada claramente pelos adolescentes no início dos acontecimentos, mas a longo prazo. As adolescentes, passados vários anos da experiência da maternidade, me diziam “se eu tivesse podido deixar para depois e não me tornar mãe naquela idade, tinha feito isso, porque sinto que perdi minha juventude, que não aproveitei como devia, embora não esteja arrependida de ser mãe: de fato, amo muito meu filho”.
- Simone Peres** Para finalizar, você poderia nos falar sobre o trabalho feito no Centro de Medicina Reproductiva y Desarrollo Integral de la Adolescencia (CEMERA) da Facultad de Medicina de la Universidad de Chile, onde você atua nos últimos anos?
- Electra González** Minha experiência de mais de três décadas como Assistente Social na atenção de adolescentes em saúde sexual e reprodutiva no CEMERA tem me permitido, primeiramente, crescer tanto como pessoa quanto como profissional, desenvolver diversas investigações e publicações nessa temática, tem me permitido, além disso, realizar docência com estudantes de graduação e pós-graduação de distintas disciplinas. Para mim, tem sido muito gratificante e, embora eu reconheça não ser pioneira nessa temática, pude contribuir na formação de profissionais de diferentes disciplinas para que eles possam ter uma visão ampla do ponto de vista da perspectiva social, sobre as diversas problemáticas que apresenta a população adolescente na saúde sexual e reprodutiva e, dessa forma, contribuir também na melhora da qualidade de vida dos nossos adolescentes.
- Resumo** A gravidez na adolescência tem sido objeto de amplo debate, no Brasil e demais países latino-americanos. Pesquisadores e especialistas em políticas de saúde reprodutiva têm buscado compreender os condicionantes sociais que contribuem para a maternidade precoce. Nesta entrevista, foram abordados aspectos importantes sobre programas de saúde sexual e reprodutiva e educação sexual. De modo delicado, conversaram também sobre a iniciação sexual e amorosa entre adolescentes, sobre liberdade feminina e aborto.
- Palavras-chave:** saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência, programas de educação sexual, políticas públicas de saúde.

DATA DE RECEBIMENTO: 15/01/18

DATA DE APROVAÇÃO: 26/03/18



Electra González

Assistente Social. Mestre em Pesquisas sobre Populações pela University of Exeter, Inglaterra. Curso Avançado em Aspectos Sociais da Saúde Reprodutiva, Colegio de Mexico. Sub-diretora e professora associada do Centro de Medicina Reprodutiva y Desarrollo Integral del Adolescente (CEMERA) da Universidad de Chile.

E-mail: electra.gonzaleza@gmail.com



Simone Peres

Psicóloga e Pedagoga. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP-UFRJ) e do Programa de Pós-graduação EICOS-UFRJ, Brasil.

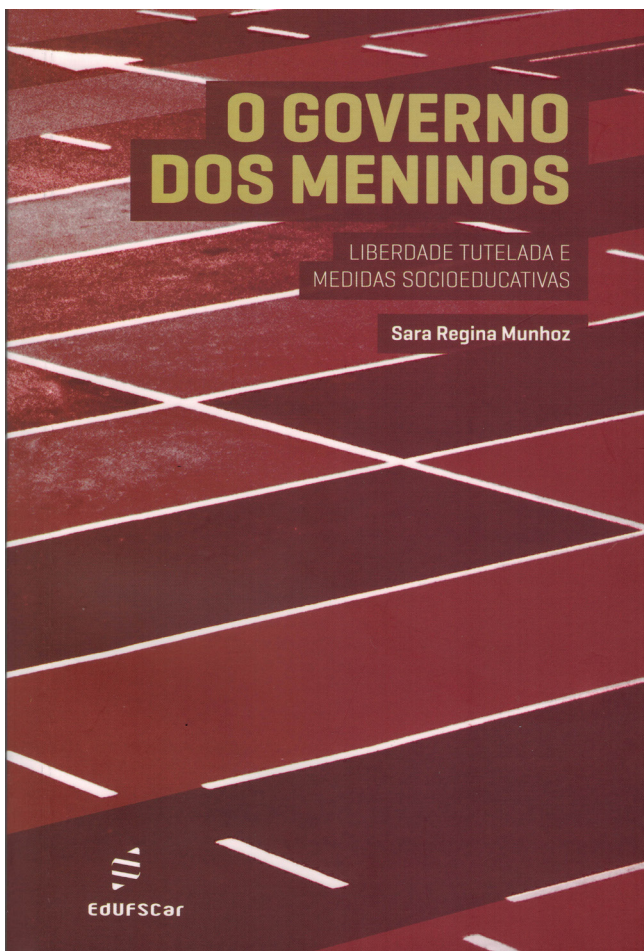
E-mail: simoneoperes@gmail.com

O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas, de Sara Regina Munhoz

RESENHA POR

Alexandre Barbosa Pereira

Performances de documentos e assinaturas de recusas na liberdade tutelada



A criança, o jovem e/ou o adolescente no ocidente são alteridades complexas, cuja ideia de imaturidade é o aspecto mais destacado e controverso, conferindo, ao mesmo tempo, marcas de igualdade e diferença, conforme a discussão de Alain Renaut (2002). Trata-se de uma dimensão controversa porque apresenta uma semelhança problemática, de um outro que pode vir a ser um futuro eu. Ou seja, tem-se um outro, mas que é também um idêntico. Esse vir a ser cheio de rupturas e continuidades torna mais complicada a inserção de crianças e jovens na pauta das políticas identitárias de reconhecimento, daí, inclusive, as dificuldades de implantação de uma agenda mais consolidada de direitos. Há de se lembrar que a realização da primeira convenção internacional dos direitos da criança não tem nem 30 anos. Além disso, essa alteridade torna-se ainda mais problemática quando ela é interseccionada com questões de classe e comportamentos considerados desviantes.

O livro, *O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas*, escrito por Sara Munhoz, traz muitos elementos para uma reflexão mais aprofundada sobre todas essas questões. Elaborado a partir da pesquisa de mestrado realizada entre 2011 e 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, apresenta uma

etnografia da aplicação das medidas socioeducativas de liberdade assistida para adolescentes que realizaram algum ato infracional. Dividido em quatro capítulos, o texto percorre um espaço específico em que tais medidas são realizadas, descrevendo o trabalho de atendimento das equipes que acolhem os meninos e se encarregam dos registros e documentos que serão apresentados ao judiciário, com a finalidade de traçar a trajetória pregressa e o destino dos atendidos.

O livro de Sara Munhoz nos apresenta detalhadamente as muitas nuances da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes que praticaram algum ato infracional, principalmente a Liberdade Assistida, em instituição específica da cidade de São Paulo: a Obra Social Dom Bosco, em Itaquera. A autora, a partir da atuação dos técnicos dessa organização não governamental, gerenciada pela congregação católica dos Salesianos¹, mobiliza, com base na observação do cotidiano de trabalho com os meninos em LA, toda uma teia de relações que tece concepções a respeito do chamado “menor infrator”, mas também do Estado e seu sistema jurídico, bem como das famílias, passando pelos próprios padres salesianos.

Em outras palavras, pode-se dizer, ainda que a autora não aborde diretamente essa questão, que o governo dos meninos trata das muitas percepções sobre infância, adolescência e juventude. Há, por exemplo, as formas de entendimento da própria missão salesiana que toma o trabalho com os jovens como um de seus propósitos principais. Porém, há ainda os pontos de vista de agentes do Estado e do judiciário que, como demonstra a pesquisa, não são conjuntos inteiros e homogêneos, sendo até mesmo possível prever qual será o resultado das audiências, a depender de quem será o juiz e suas idiossincrasias. Contudo, entre a Obra Social Dom Bosco e o poder judiciário, há muitos outros agentes também importantes: os técnicos – responsáveis diretos pelo atendimento dos meninos em medida socioeducativa na instituição –; os familiares e, embora com pouca presença direta no livro, os próprios adolescentes, que são o objeto dessa teia de poderes.

David Matza (2014), ao discutir a noção de deriva para contrapor-se à ideia de que haveria uma carreira delinvente única e inevitável que levaria à prática de crimes mais graves nos Estados Unidos, defende que a própria ideia de delinvente juvenil é uma construção decorrente do surgimento de um tribunal de justiça de menores e da redação do código dos menores. Ou seja, haveria uma invenção do delinvente juvenil, como ocorrera com certa ideia de infância protegida e destacada do mundo dos adultos, conforme descrito por Philippe Ariès (2006). A pesquisa de Sara nos revela, portanto, como a categoria do menor ou adolescente infrator no Brasil está em constante disputa e redefinição. De tempos em tempos, ela é, inclusive, tomada como bode expiatório das mazelas da violência no Brasil, quando as reivindicações por redução da maioria penal ganham maior repercussão. Por outro lado, a legislação brasileira sobre crianças e adolescentes, materializada no Estatuto da Criança e do Adolescente, confere-lhes o *status* de sujeitos de direitos, que devem receber proteção integral, entendendo-os como pessoas ainda em desenvolvimento e, por isso, imputáveis. Ou seja, a legislação de proteção à criança e ao adolescente, no Brasil, compreende que indivíduos menores de 18 anos de idade ainda não possuíam um discernimento claro de seus atos.

1 As salesianas são chamadas instituições, congregações e associações inspiradas na figura de Dom Bosco, sacerdote, educador e escritor italiano do século XIX que desenvolveu um moderno sistema pedagógico conhecido como sistema preventivo para a educação de crianças e jovens e promoveu a construção de obras programas educacionais para a juventude mais necessitada, especialmente na Europa e na América Latina. Fonte: Wikipedia

Em meio a essa controvérsia, a descrição da trama institucional que engendra as medidas socioeducativas em meio aberto é bastante reveladora de como, aos adolescentes pobres, é justamente negada a possibilidade de se constituir como um ser em formação, em fase de aprendizagem e, portanto, passível de cometer erros. Isso porque chama a atenção o fato de que, tanto nas falas e atuações cotidianas dos técnicos, como nas performances e discursos dos juízes nas audiências, há o recorrente apelo a uma busca do desenvolvimento da maturidade nos jovens. O que revela justamente a ambiguidade na relação com a infância e a adolescência no mundo contemporâneo, pois, se por um lado se valoriza certa noção de inocência e a condição de aprendiz, por outro, reclama-se para alguns um desenvolvimento prematuro. Este último ponto é observado tanto entre os que entendem que esta já deveria existir para menores de 18 anos, por isso a defesa da redução da maioridade penal, quanto na própria política de controle dos que cometeram algum ato infracional, cujo objetivo seria fazê-los amadurecer, pelo afastamento de práticas ilícitas e pela inserção regular na escola ou no mundo do trabalho. Destaca-se, evidentemente, a dimensão da intersecção com a classe social, pois, afinal – como demonstrado por uma série de autores que tratam a questão do desvio e da delinquência da perspectiva do interacionismo simbólico (Becker, 2008; Chamblis, 1973) –, enquanto aos que pertencem às camadas sociais mais abastadas há maior condescendência com os erros e mesmo a defesa de certa inocência pueril, para os mais pobres, não somente há menos compreensão, como a punição recairia sobre eles de forma muito mais recorrente e dura.

Jacques Donzelot (1980), em sua abordagem das políticas de governamentalidade e do lugar da família no ocidente, demonstra que, no século XIX, na França, já ocorria esse modo distinto de gestão sobre a criança ou o adolescente a partir da dimensão de classe social. Conforme o autor, à criança de origem burguesa, garantir-se-ia uma liberação protegida, realizada por meio de um cordão sanitário traçado ao seu redor, garantindo-lhe um desenvolvimento discretamente controlado. No entanto, para a criança ou adolescente pobre, o que se tem é a liberdade vigiada, que se manifesta por meio de uma preocupação com a liberdade excessiva, que leva à aplicação de uma técnica pedagógica cujo intuito principal seria o de restringir a ação, daí o encaminhamento para instituições de controle, como são as Fundações Casa em São Paulo, mas também a própria Obra Social Dom Bosco.

Ao se focar nos dispositivos de governamentalidade, a pesquisa de Munhoz não nos traz muito à cena estes últimos, talvez até pela dificuldade de se chegar a eles, dada a condição de liberdade vigiada pelo Estado. Se houvesse de apontar uma fragilidade na etnografia, esta talvez fosse a principal: a pouca presença daqueles que são o objeto da política estudada, reduzindo-nos a possibilidade de vislumbrar algum ato de resistência no horizonte. Contudo, há, no texto, algumas pistas de como esses meninos reagem às tentativas de governá-los. A mais relevante, na verdade, está na recusa deles em aceitar que cumprir a medida socioeducativa seja algo além do que assinar os documentos burocráticos do poder judiciário. Para desespero dos técnicos da instituição encarregada das medidas socioeducativas, os jovens, em sua maioria, recusam as tentativas de governá-los ou de apontar-lhes caminhos para uma outra vida ou para o almejado amadurecimento. Ao reduzirem o entendimento da presença compulsória no núcleo de cumprimento das medidas socioeducativas a uma assinatura obrigatória num documento, que diz mais sobre quem os julga do que sobre eles mesmos, negam os esforços de gestão da instituição sobre eles, como mostra a autora, mas também, pode-se dizer, desacreditam os instrumentos que tentam controlá-los. Desnudam, assim, que o mais importante em todo esse jogo de cena, como demonstrado no livro, é a articulação e fluidez correta dos documentos e procedimentos, que legitimam e ampliam o alcance dos saberes produzidos nesse contexto. Dirigir-se de modo adequado e em conformidade com as aspirações dos juízes, portanto, é mais relevante do que um atendimento adequado aos meninos.

Concomitantemente, a grande força do livro está justamente nessa sua maior preocupação com as tramas institucionais que governam e se aplicam sobre os corpos dos meninos, por meio da qual Munhoz nos traz um pouco de como eles reagem ou até mesmo resistem às tentativas de gerenciá-los, prendê-los ou mesmo fazê-los amadurecer. Assim, ao se focar em quem implementa as medidas de controle e gestão da liberdade desses jovens, ela nos apresenta um rico panorama que, além das ONGs e do poder judiciário, também contempla o complexo trabalho de mediação dos técnicos e a presença, na prática ou nos discursos, da família ou de certas concepções sobre ela. Trata-se, portanto, como descreve o orientador da pesquisa, Jorge Villela, na apresentação do livro, de uma importante etnografia do Estado, que o entende não como uma entidade estável, mas como um conjunto de procedimentos que atuam em consonância ou contradição. *O governo dos meninos* é, dessa maneira, um livro de leitura fundamental para pesquisadores e profissionais que trabalhem com o tema da infância e da juventude e com a formulação de políticas públicas, pois proporciona um desvio de olhar importante ao se voltar para aqueles que fazem a mediação entre os adolescentes considerados infratores e o poder judiciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CHAMBLISS, W. The Saints and Roughnecks. **Society**, v. 11, n. 1, p. 24-31, nov. 1973.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- MUNHOZ, S.R. **O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas**. São Carlos: Editora UFSCar, 2017.
- RENAUT, A. **A libertação das crianças**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

Palavras-chave: antropologia, etnografia, medidas socioeducativas, liberdade assistida.

DATA DE RECEBIMENTO: 19/02/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 26/02/2018

Alexandre Barbosa Pereira

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Brasil. Doutor em Antropologia Social pela USP. Pesquisador associado ao Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP e ao Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas da UNIFESP.

E-mail : alebp1979@gmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Março a Junho de 2018 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico: contribuições didáticas**
ISBN 978-85-7496-413-3
Autoras: Lígia Márcia Martins e Ana Carolina Galvão Marsiglia
Editora: Autores Associados, Campinas, 272 páginas.
- 2 A cultura material nas (sub) culturas juvenis: Do DIY às trocas digitais**
ISBN 9788574789163
Organizadoras: Cláudia Pereira e Joana Beleza
Editora: PUC –Rio, Rio de Janeiro, 160 páginas.
- 3 A extensão universitária no protagonismo e na qualificação da formação do estudante**
ISBN 978-85-523-0029-8
Autores: Bernadete Maria Dalmolin, Giovana Henrich e Lísia Rodigheri Godinho
Editora: UPF, Passo Fundo, 262 páginas.
- 4 A Sala de Aula Inovadora**
ISBN 9788584291199
Autores: Fausto Camargo e Thuinie Daros
Editora: Penso, Porto alegre, 144 páginas.
- 5 Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**
ISBN 978-85-7600-488-2
Autores: José Carlos Rothen e Andréia da Cunha Malheiros Santana
Editora: EDUFSCAR, São Carlos, 207 páginas.
- 6 A linguagem da exclusão e inclusão social na escola**
ISBN 9788555710247
Autora: Sueli Sales Fidalgo
Editora: Unifesp, São Paulo, 272 páginas.

- 7 Dialogando com a inclusão e EJA**
ISBN 978-85-232-1688-7
Organizadores: Patrícia Carla da Hora Correia, Tânia Regina Dantas e Leliana Santos de Sousa
Editora: Edufba, Salvador, 261 páginas.
- 8 Educação e Etnicidade: diálogos interdisciplinares**
ISBN 978-85-237-1294-5
Organizadores: Ana Cristina Silva Daxenberger, Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho e Magna Lúcia da Silva
Editora: UFPB, João Pessoa, 197 páginas.
- 9 Educação e sensibilidade: o brincar e o se movimentar da criança pequena na escola**
ISBN 978-85-425-0588-7
Autor: Aguinaldo Cesar Surdi
Editora: EDUFRRN, Natal, 246 páginas.
- 10 Educación y transformación social en/de Haití a la luz, de la pedagogía obrera, de Frantz Fanon**
ISBN 978-987-722-332-3
Autores: Prospere Renel e Arnaldo Nogaro
Editora: Mercado de Letras, Buenos Aires, 88 páginas.
- 11 Educar en el feminismo**
ISBN 9788417114503
Autora: Iria Marañón
Editora: Plataforma – Colofón, México, D. F., 272 páginas.
- 12 Educar na diversidade: travessias interdisciplinares**
ISBN 978-85-232-1686-3
Organizadores: Ana Lúcia Gomes da Silva e Jerônimo Jorge Cavalcante Silva
Editora: Edufba, Salvador, 287 páginas.
- 13 Ensino médio: impasses e dilemas**
ISBN 978-85-62258-24-4
Autores: Candido Alberto Gomes, Ivar César Oliveira de Vasconcelos e Silvia Regina dos Santos Coelho
Editora: SBEC, Brasília, 240 páginas.
- 14 ¿De quién es la culpa?**
ISBN 978-987-693-743-6
Autora: Lyliam Kunzi
Editora: CICCUS, Buenos Aires, 144 páginas.

- 15 Fuego, meteoritos y elefantes. Cruzando fronteras en educación infantil**
ISBN 978-84-17133-19-1
Autora: Concepción Sánchez Blanco
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 240 páginas.
- 16 Hiperniños: ¿Hijos perfectos o hipohijos?**
ISBN 9788417114596
Autora: Eva Millet
Editora: Plataforma – Colofón, México, D. F., 152 páginas.
- 17 Infâncias em devir: ensaios e pesquisas**
ISBN 9788576174547
Organizadores: Lilia Ferreira Lobo e Débora Augusto Franco
Editora: Garamond, Rio de Janeiro, 348 páginas.
- 18 Niñez intermedia en contextos educativos**
ISBN 978-9968-48-668-2
Autoras: Carolina Quirós Ferlini e Marcela Sanabria Hernández
Editora: UNED, Costa Rica, 320 páginas.
- 19 Os desafios do ensino médio**
ISBN 978-85-225-2019-0
Organizadores: Marieta De Moraes Ferreira e José Henrique Paim
Editora: FGV, Rio de Janeiro, 244 páginas.
- 20 Panorama das políticas de educação infantil no Brasil**
ISBN 978-85-7652-225-6
Autora: Beatriz de Oliveira Abuchaim
Editora: UNESCO, Brasília, 115 páginas.
- 21 Políticas de inclusión educativa. La evaluación del impacto de algunas experiencias en argentina**
ISBN 978-84-17133-23-8
Coordinadoras: Zulma Perassi e Viviana Macchiarola.
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 192 páginas.
- 22 Prácticas de evaluación de aprendizaje en el aula en las escuelas de educación indígena y comunitaria en el sureste de México**
ISBN 978-84-17133-22-1
Autor: Jorge Enrique Horbath Corredor
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 228 páginas.
- 23 Poesia (cabe) na Escola: por uma educação poética**
ISBN 978-85-8001-229-3
Organizadoras: Eliane Debus, Jilvania Lima dos Santos Bazzo e Nelita Bortolotto,
Editora: EDUFCC, Campina Grande, 208 páginas.

24 Trincheiras, Resistências e Utopias Pedagógicas: Escolas alternativas em Curitiba durante a Ditadura Militar

ISBN 9788584800971

Autora: Maria Rosa Chaves Kunzle

Editora: UFPR, Curitiba, 164 páginas.

25 Videogame e violência: Cruzadas morais contra os jogos eletrônicos no Brasil e no mundo

ISBN 9788520013694

Autor: Salah H. Khaled Jr.

Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 476 páginas.

26 WhatsApp e educação: entre mensagens, imagens e sons

ISBN 978-85-232-1668-9

Organizadores: Cristiane Porto, Kaio Eduardo Oliveira e Alexandre Chagas

Editora: UESC, Ilhéus, 302 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ, seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pausarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-nino-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a cinco mil palavras (incluindo referências e resumo).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da **DESIDADES**, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

